

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**ATRIBUIÇÕES PARENTAIS RELATIVAS AO  
COMPORTAMENTO DESADEQUADO DOS FILHOS**

**Paula Cristina Costa Teresa**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**

**Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde — Psicoterapia Cognitiva -  
Comportamental e Integrativa**

**2020**

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**ATRIBUIÇÕES PARENTAIS RELATIVAS AO  
COMPORTAMENTO DESADEQUADO DOS FILHOS**

**Paula Cristina Costa Teresa**

**Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Sá**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**

**Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde — Psicoterapia Cognitiva -  
Comportamental e Integrativa**

**2020**

## **Agradecimentos**

Agradeço à Professora Doutora Isabel Sá. Obrigado pela orientação e pela transmissão de conhecimento, tendo contribuído de forma constante para a manutenção da minha confiança e do meu empenho nesta dissertação, facilitando o meu permanente envolvimento e crescimento.

À minha colega Patrícia Rossa, com quem tive o prazer de colaborar numa fase inicial desta investigação. Grata por teres discutido ideias e pontos de vista comigo ao longo de todo o trabalho, o que sem dúvida enriqueceu o mesmo, e contribuiu para tornar o caminho menos solitário.

Aos meus queridos pais e irmãos. Obrigado por me tranquilizarem e incentivarem a manter-me no caminho, e por me mostrarem que o mais importante não é necessariamente de onde vim, mas o caminho em si e para onde vamos.

Ao meu companheiro de vida. Obrigado pelo apoio incondicional que sempre demonstraste, e por acreditares em mim, mesmo naqueles momentos em que eu própria tive dúvidas, e por usares magia para me fazeres ver potencialidades onde via limitações.

A todos os pais que participaram neste estudo, pelo tempo que me deram enquanto um dos seus bens mais preciosos, e por partilharem e me confiarem aspetos tão seus em prol desta investigação.

À Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, enquanto instituição de ensino, por ter sido a minha casa durante todos estes anos, bem como a todos os colegas e professores que comigo se cruzaram, e que de alguma forma contribuíram para a minha aprendizagem e crescimento, fazendo também eles parte deste caminho.

Grata!

## Resumo

A investigação acerca das atribuições parentais, relativas ao comportamento desadequado dos filhos, revela a sua importância no entendimento de dificuldades das crianças e dos pais, e no envolvimento destes no processo e no resultado terapêutico da criança, no entanto esta investigação é reduzida, sendo ainda mais escassa na população portuguesa.

A presente investigação tem como objetivos o estudo das atribuições parentais acerca do comportamento desadequado dos filhos, bem como compreender a expressão de variáveis que lhe estão associadas, relativas aos pais e aos filhos, no contexto português. Investigou-se um total de 73 pais (17 pais e 56 mães), de nacionalidade portuguesa, com 18 ou mais anos, e com pelo menos um filho(a) entre os 8 e os 12 anos. Os participantes preencheram um questionário sociodemográfico (sexo, profissão e escolaridade dos pais, número de filhos, e idade sexo dos filhos), bem como 5 questionários de autorrelato para avaliar as atribuições parentais (*Parent Cognition Scale*), a autoeficácia parental (*Perceived Parental Self-Efficacy Scale*), o temperamento das crianças (*School Age Temperament Inventory*), o comportamento das crianças (*Strength and Difficulties Questionnaire*) e o ajustamento psicológico parental (*Brief Symptom Inventory*).

Os resultados indicam associações significativas negativas entre a autoeficácia parental e as atribuições parentais, e positivas entre a sintomatologia dos pais e as atribuições de causalidade aos pais, e entre o temperamento difícil dos filhos e as atribuições de responsabilidade à criança. Os resultados indicam também que os pais com filhos dos 10-12 anos fazem mais atribuições parentais de responsabilidade à criança, do que os pais com filhos dos 8-9 anos. A autoeficácia parental é o melhor preditor das atribuições parentais.

Espera-se contribuir para o aumento do conhecimento sobre as atribuições que os pais fazem quando os filhos apresentam um comportamento desadequado, e para o desenvolvimento de intervenções junto de pais que apresentem atribuições menos adaptativas.

*Palavras-chave:* atribuições parentais, cognições parentais, comportamento desadequado, crianças, parentalidade

## **Abstract**

The investigation about the parental attributions, related to the inappropriate behaviour from their children, reveal the importance in the understanding of the difficulties from both children and parents, and in the engagement of these in the process and in the therapeutical results from the child, however this investigation is reduced, being even less in the portuguese population.

The objectives of this investigation are the study of the parental attributions related to the inappropriate behaviour from their children, as well as the understanding of the expression of variables associated with it, relating to parents and children, in the portuguese context.

A total of 73 parents (17 fathers and 56 mothers), of portuguese nationality, aged 18 or over, and with at least one child between 8 and 12 years old were investigated. Participants completed a sociodemographic questionnaire (gender, profession and education of the parents, number of children, and age of the children), as well as 5 self-report questionnaires to assess parental assignments (Parent Cognition Scale); parental self-efficacy (Perceived Parental Self-Efficacy Scale); children's temperament (School Age Temperament Inventory); children's behavior (Strength and Difficulties Questionnaire); and parental psychological adjustment (Brief Symptom Inventory).

The results indicate statistically significant associations: negative between parental self-efficacy and parental attributions, and positive between parental symptomatology and causal attribution to parents and between the difficult temperament of the children and the attribution of responsibility to the child. Parental self-efficacy is the best predictor of parental assignments. They also indicate that parents with children aged 10-12 years make more parental responsibility for the child than parents with children aged 8-9 years. It is expected to contribute to the increase of knowledge about the attributions that parents do when their children show inappropriate behavior, and to the development of interventions with parents that present less adaptive attributions.

*Keywords:* behavior inadequate, children, parental attributions, parental cognitions, parenting

## Índice

1. Introdução.....	1
2. Enquadramento teórico .....	3
2.1 Atribuições.....	3
2.2. Atribuições no contexto da parentalidade.....	3
2.2.1.Conceito .....	3
2.2.2.Dimensões das atribuições parentais .....	5
2.2.3.Importância das atribuições parentais .....	8
2.3. Estudo das relações entre as atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado dos filhos e outras variáveis .....	10
2.3.1.Variáveis relativas aos pais .....	10
2.3.2.Variáveis relativas aos filhos .....	15
3. Método .....	20
3.1. Desenho de Investigação .....	20
3.2. Objetivos e Hipóteses de Investigação .....	20
3.3. Instrumentos de Medida .....	22
3.3.1. Questionário Sociodemográfico.....	22
3.3.2. <i>Parent Cognition Scale</i> (PCS) .....	22
3.3.3. <i>Perceived Parental Self-Efficacy</i> (PPSE) .....	23
3.3.4. <i>Brief Symptom Inventory</i> (BSI).....	24
3.3.5. <i>School Age Temperament Inventory</i> (SATI).....	24
3.3.6. <i>Strength and Difficulties Questionnaire</i> – Versão Pais (SDQ-Por) .....	25
3.4. Participantes.....	26
3.5. Procedimento .....	27
4. Análise de Resultados .....	29
4.1. Análise das atribuições parentais em relação ao comportamento desadequado dos filhos .....	29
4.2. Análise das correlações entre as variáveis.....	31
4.2.1. Análise da relação entre a autoeficácia parental e as atribuições parentais em relação ao comportamento desadequado dos filhos (de responsabilidade à criança e de causalidade aos pais) .....	31
4.2.2. Análise da relação entre ajustamento psicológico parental e atribuições dos pais de causalidade aos pais, em relação ao comportamento desadequado dos filhos .....	31

4.2.3. Análise da relação entre o temperamento da criança e atribuições parentais de responsabilidade à criança, em relação ao comportamento inadequado dos filhos .....	32
4.3. Papel preditivo da autoeficácia parental, atribuições de causalidade aos pais e temperamento da criança, nas atribuições parentais, de responsabilidade à criança.....	32
4.4. Papel preditivo da autoeficácia parental, ajustamento psicológico parental e as atribuições de responsabilidade à criança, nas atribuições parentais, de causalidade aos pais .....	33
4.5. Análise das diferenças entre grupos.....	33
4.5.1. Análise das diferenças entre grupos em função da idade da criança .....	33
5. Discussão de resultados .....	35
6. Considerações Finais .....	38
6.1. Conclusão Geral .....	38
6.2. Limitações e direções futuras .....	38
6.3. Implicações para a Teoria e Prática Clínica .....	40
7. Referências bibliográficas .....	42

## **Índice de Figuras**

Figura 1. Mapa conceptual das variáveis do presente estudo.....	22
---	----



## **Índice de Anexos**

Anexo A - Projeto de investigação e consentimento informado.....	58
Anexo B - Questionário sociodemográfico.....	59

## Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição da amostra referente às variáveis dependentes em estudo .....	26
Quadro 2. Caracterização sociodemográfica da amostra (n = 73) .....	27
Quadro 3. Média, desvio-padrão, consistência interna e correlações entre as escalas do estudo .....	29
Quadro 4. Resumo da regressão para variáveis preditores (atribuições de causalidade aos pais, autoeficácia parental e temperamento da criança) das atribuições de responsabilidade à criança .....	33
Quadro 5. Resumo da regressão para variáveis preditores (atribuições de responsabilidade à criança, autoeficácia parental e ajustamento psicológico dos pais) das atribuições de causalidade aos pais .....	34
Quadro 6. Diferenças nas atribuições de responsabilidade à criança em função das variáveis sociodemográficas .....	35
Quadro 7. Diferenças nas atribuições de causalidade parental em função das variáveis sociodemográficas .....	37

### Notas de Rodapé

<sup>1</sup> Foi considerada a classificação da força da relação entre as variáveis determinada por Mukaka (2012), tendo em conta o tamanho do valor do coeficiente de correlação de *Pearson*: correlação insignificante ( $r = .00$  a  $.30$ ;  $r = .00$  a  $-.30$ ), fraca positiva/negativa ( $r = .30$  a  $.50$ ;  $-.30$  a  $-.50$ ), moderada positiva/negativa ( $r = .50$  a  $.70$ ;  $-.50$  a  $-.70$ ), forte positiva/negativa ( $r = .70$  a  $.90$ ;  $-.70$  a  $-.90$ ) e muito forte ( $r = .90$  a  $1.00$ ;  $-.90$  a  $-1.00$ ).

## **1. Introdução**

Nos últimos anos, tem-se verificado um maior interesse em relação às atribuições que os pais fazem ao comportamento dos seus filhos (Bugental, Johnston, New, & Silvester, 1998), no âmbito da parentalidade. No estudo desta cognição parental, os autores têm-se dedicado ao seu entendimento, convergindo na definição deste constructo, o qual reflete as interpretações que os pais fazem de forma a atribuírem significados aos comportamentos das crianças (Bugental et al., 1998).

Os estudos também têm sido consensuais quanto à importância da investigação neste âmbito, demonstrando o impacto das atribuições parentais na vida das crianças e dos pais, nomeadamente nas respostas emocionais e comportamentais das crianças (Bugental et al., 1998), e de uma forma geral, na saúde (Joiner & Wagner, 1996) e na integridade destas, já que determinadas atribuições surgem associadas a abuso infantil (Beckerman, Berkel, Mesman, & Alink, 2018). As atribuições parentais interferem na intervenção infantil, ao nível do seu processo e dos resultados (Pereira & Barros, 2019), constituindo um preditor da motivação dos pais para se envolverem nas intervenções psicológicas de prevenção e/ou intervenção dirigidas às crianças, pelo que devem ser consideradas na obtenção de resultados positivos (Pereira & Barros, 2019). Além disso, também orientam as respostas emocionais e comportamentais dos pais na relação com os filhos (Bugental et al., 1998), influenciando os processos familiares (Leung & Shek, 2015) e a qualidade das relações familiares a longo prazo (Bugental et al., 1998), sendo consideradas por Palm, Sawrikar, Schollar-Root, Moss, Hawes e Dadds (2019) um preditor da qualidade das interações pai-filho. A investigação indica ainda que as atribuições parentais se relacionam com características sociodemográficas e outras variáveis referentes quer aos pais, quer aos filhos (e.g., Fernandes, Narciso, Pedro, & Roberto, 2019; Snarr, Slep, & Grande, 2009).

No entanto, apesar da sua relevância e das relações referidas, poucos são os estudos sobre as cognições parentais que se têm dedicado às atribuições que os pais fazem (Pereira & Barros, 2019), sobretudo na população portuguesa. Esta investigação reconhece a importância de se compreenderem as correlações multidirecionais entre as atribuições parentais e variáveis, referentes aos pais e às crianças, as quais se têm revelado complexas. Estas relações constituem um elemento indispensável a ser tido em conta nas intervenções junto das crianças e dos seus pais.

Este estudo analisa as atribuições de pais e de mães em relação ao comportamento inadequado dos filhos, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, numa

amostra da população portuguesa, através da aplicação de uma medida, a *Parent Cognition Scale* (PCS), adaptada para a população portuguesa. Igualmente se considerou importante perceber a relação entre as atribuições parentais e variáveis relativas aos pais (autoeficácia e ajustamento psicológico parental) e aos filhos (temperamento e comportamento), bem como o efeito de variáveis sociodemográficas dos pais (sexo, número de filhos, escolaridade e profissão) e dos filhos (idade e sexo).

O presente estudo encontra-se organizado em secções distintas: o enquadramento teórico, onde serão apresentadas as diferentes propostas dos autores que investigaram as atribuições, a definição do conceito, e os estudos que demonstrem a associação das atribuições parentais com as outras variáveis em estudo, relativas aos pais e aos filhos; a metodologia, que integra a apresentação dos objetivos e hipóteses do estudo, a caracterização da amostra, os procedimentos efetuados na concretização desta investigação e a descrição dos instrumentos utilizados na recolha de dados; a análise dos resultados, que são descritos de acordo com os objetivos específicos delineados e posteriormente discutidos, tendo em conta a revisão de literatura efetuada; e por fim são feitas as considerações finais acerca do estudo, as quais englobam as principais conclusões extraídas do mesmo, os contributos do estudo, as limitações encontradas durante a realização da investigação, bem como as sugestões para futuras investigações.

Espera-se, com a presente investigação, contribuir para uma maior compreensão da temática em estudo, entendendo a forma como as atribuições parentais relativas ao comportamento das crianças é influenciada, e influencia, as diversas variáveis estudadas.

## **2. Enquadramento teórico**

### **2.1 Atribuições**

A teoria da atribuição preocupa-se com a procura causal de significado (Bugental, et al., 1998), e as atribuições são definidas como interpretações do comportamento que possibilita ao indivíduo dar sentido ao ambiente envolvente (Heider, 1958). Tratam-se de julgamentos espontâneos, que permitem explicar os acontecimentos importantes e inesperados, contextualizando a compreensão dos mesmos, e tornando o ambiente mais previsível (Jenson, Green, Singh, Best, & Ellis, 1998). Ainda que espontâneo, o processo atribucional não é totalmente aleatório e idiossincrático, mas antes previsível, o qual tem sido reconhecido como uma questão central no que se refere às relações interpessoais (Fernandes et al., 2019).

Weiner (1979) categorizou as atribuições ao longo de um conjunto de dimensões, que determinam estados emocionais e comportamentos: *locus*, ou seja, em que medida é que as causas do comportamento são atribuídas a características internas/disposicionais (e.g., traço de personalidade), ou externas à pessoa (e.g., devidas a fatores situacionais); estabilidade, ou seja, se o comportamento é percebido como estável (imutável/traço) ou instável (temporário); controlabilidade, ou seja, em que medida é que o comportamento é possível ou não de ser controlável; e generalização, ou seja, se o comportamento é específico a determinadas situações ou se é generalizável.

Snarr e colaboradores (2009) fazem referência a duas dimensões das atribuições que identificaram na literatura, nomeadamente as atribuições de causalidade, que explicam porque é que um evento ocorre; e as atribuições de responsabilidade, que estão relacionadas com a responsabilidade do indivíduo por ter causado determinado evento.

### **2.2. Atribuições no contexto da parentalidade**

#### **2.2.1. Conceito**

Nos últimos vinte anos, a teoria da atribuição foi aplicada ao estudo das relações familiares (Dix, 1991). Os pais fazem atribuições relativas ao comportamento dos filhos, as quais têm sido estudadas nas últimas três décadas (Snarr et al., 2009), sabendo-se que os pais diferem nas atribuições que fazem (Sawrikar, Hawes, Moul, & Dadds, 2018). De acordo com a teoria da atribuição já abordada, os pais procuram explicações para acontecimentos importantes e desagradáveis, como é o caso do comportamento desadequado dos filhos, e essas atribuições estão associadas ao impacto

que o comportamento desadequado da criança tem nos pais, bem como a resposta destes ao filho (Slep, & O'Leary, 1998). Desta forma, se os pais acreditarem que o filho está a gritar porque é “mal-educado”, podem ser mais severos com a criança, do que se considerarem que os gritos do filho se devem a imaturidade na gestão de determinada situação.

A investigação tem privilegiado sobretudo o estudo das atribuições parentais para comportamentos indesejáveis da criança em detrimento dos desejáveis (Bugental et al., 1998). Segundo Petrenko, Pandolfino e Roddenbery (2016), as atribuições relativas a eventos negativos ou ambíguos são mais confiáveis do que atribuições relativas a eventos positivos. Desta forma, também serão esses comportamentos negativos e desajustados das crianças os considerados nesta investigação. Weiner (1979) refere que os comportamentos negativos das crianças são especialmente *stressantes* para os pais quando são considerados internos (refletindo algo sobre a criança e não apenas o ambiente imediato), estáveis (não apenas uma ocorrência única) e controláveis (algo que a criança deveria ter sido capaz de evitar).

Alguns autores dizem que as atribuições parentais refletem as interpretações dos pais e as explicações causais para os comportamentos infantil (Williamson & Johnston, 2015). Nelson, O'Brien, Calkins e Keane (2013) referem que essas explicações causais são produzidas pelos pais de forma espontânea, no sentido de interpretarem e compreenderem as ações dos filhos nas mais variadas situações. Joiner e Wagner (1996), acrescentam que são inferências e crenças dos pais (implícitas ou explícitas) sobre as causas do comportamento do filho. Bugental e colaboradores (1998) referem-se às atribuições parentais como filtros interpretativos, através dos quais os pais atribuem significado aos comportamentos infantis.

As cognições parentais são influenciadas por vários fatores. Alguns investigadores têm tentado compreender a relação entre a cultura e as cognições dos pais, nomeadamente a influência da cultura nas atribuições parentais. Bornstein, Putnick e Lansford, (2011), referem que a cultura compreende a maneira como as pessoas processam e dão sentido às experiências, moldando várias funções, nomeadamente cognitivas. Desta forma, e tendo em conta que a parentalidade se desenvolve num contexto social e cultural que influencia as cognições dos pais, é de esperar que os processos cognitivos variem entre culturas, e até mesmo entre indivíduos dentro da mesma cultura (Bornstein et al., 2011). Um estudo destes autores que avaliou a semelhança entre as atribuições parentais em nove países, nomeadamente China,

Colômbia, Itália, Jordânia, Quênia, Filipinas, Suécia, Tailândia e Estados Unidos, deu conta da existência de diferenças entre as atribuições parentais nos vários países (Bornstein et al., 2011). No entanto, os resultados do estudo de Montemayor e Ranganathan (2012) vão num sentido diferente, indicando semelhanças transculturais, entre a Índia e os Estados Unidos, no que se refere a atribuições parentais sobre o comportamento infantil, o que pode refletir objetivos comuns de socialização, em que pais de todo o mundo desejam que os seus filhos sejam prestáveis, responsáveis e sinceros. Apesar deste último estudo, e tendo em conta os anteriores estudos, seria imprudente considerar as atribuições de pais de outros países como semelhantes às dos pais portugueses, revelando-se pertinente estudar que tipo de atribuições os pais portugueses fazem, em relação ao comportamento desadequado dos seus filhos.

### **2.2.2. Dimensões das atribuições parentais**

Nos estudos acerca das atribuições parentais, os estilos de atribuição têm recebido grande atenção teórica, empírica e clínica, os quais podem ser mais ou menos disfuncionais, associados a determinadas características do funcionamento dos pais e dos filhos (Bugental et al., 1998). Aos estilos de atribuição estão inerentes duas diferentes facetas, podendo preservar uma visão positiva do filho, em que o comportamento desadequado da criança é associado a situações específicas e fora do seu controlo (Dix, 1991; Gretaarsson & Gelfand, 1988), ou pelo contrário, podem preservar uma visão negativa da criança, em que os pais veem o comportamento desadequado do filho como intencional, controlável, generalizado e estável ao longo do tempo (Williamson & Johnston, 2015). As atribuições também consideram a causa do problema de comportamento infantil, nomeadamente se é interno ou externo à criança, componente que tem recebido muita atenção por parte da investigação (Bugental et al., 1998). Outros autores referem-se às atribuições neste mesmo sentido, em termos de locus de controlo: se interno, a explicação dos pais para o comportamento da criança reside no “eu”; se externo, a explicação reside no outro ou na situação, e por isso o comportamento é visto como determinado por fatores fora do seu controlo (Colalillo, Miller, & Johnston, 2015; Morrissey-Kane, & Prinz, 1999). As atribuições parentais podem ser mais ou menos adequadas às necessidades das crianças, dependendo do seu locus de controlo, que se reflete no comportamento dos pais e no estilo parental. O locus de controlo interno está associado a maior confiança e capacidade de gestão do comportamento dos filhos, em que os pais conseguem ajustar-se às necessidades das



crianças com comportamentos mais fáceis ou mais difíceis, enquanto que o *locus* de controlo externo está associado a maior insegurança parental, o que leva estes pais a desenvolverem estilos parentais mais autoritários, perante comportamentos mais difíceis, o que é menos favorável às crianças (Morrissey-Kane & Prinz, 1999).

As atribuições parentais têm sido descritas em termos de *locus* por vários investigadores que estudam este tipo de cognições parentais, e também em várias outras dimensões, as quais refletem de certa forma os dois estilos atribucionais descritos. Snarr e colaboradores (2009) fazem referência à distinção entre atribuições de causalidade aos pais (*parent-causal*) e atribuições de responsabilidade à criança (*child-responsible*). Nas atribuições parentais de responsabilidade à criança, o comportamento indesejado desta é atribuído a fatores intencionais, negativos e controláveis pela criança, e nas atribuições de causalidade aos pais, o comportamento negativo da criança é atribuído a fatores estáveis, globais e de traço, do pai ou da mãe (Colalillo et al., 2015; Fernandes et al., 2019; Snarr et al., 2009).

Neste sentido, vários autores dizem ainda que as atribuições podem ser centradas na criança, em que o comportamento da criança é explicado por características disposicionais; ou podem ser centradas nos pais, em que é considerado pelos pais o seu papel causal no comportamento da criança, (Fernandes et al., 2019; Morrissey-Kane, et al., 1999; Joiner & Wagner, 1996), ou podem ainda ser centradas em ambos (Fernandes et al., 2019).

As atribuições de responsabilidade à criança, que os pais fazem relativamente a comportamentos negativos dos filhos, afectam a sua atitude, o seu comportamento e a mensagem para com os filhos (Joiner & Wagner, 1996). Este tipo de atribuições parece estar mais diretamente relacionado às respostas comportamentais desajustadas dos pais, do que as atribuições de causalidade aos pais, na medida em que os pais que tendem a acreditar que o comportamento desadequado dos filhos é intencional e tem uma motivação implícita de os irritar, provavelmente são ativados emocionalmente (Nelson et al., 2013), experimentando sentimentos de raiva (Werner, 2012). Essa crença influencia as atribuições dos pais acerca do comportamento da criança, no sentido de a responsabilizar (Nelson et al., 2013). Assim, mães que atribuem o comportamento desadequado da criança às intenções da mesma, e não a causas situacionais, mostram comportamentos parentais mais hostis (Wang, Deater-Deckard, & Bell, 2016).

Leung e Slep (2006) acrescentam que quanto mais os pais acreditam que o mau comportamento dos filhos se deve a causas disposicionais, estáveis e globais, mais se

tornam negligentes, porque eventualmente sentem que são incapazes de mudar o referido comportamento dos filhos. Beckerman e colaboradores (2018) dizem também que os pais que atribuem o comportamento desadequado do filho à sua intenção hostil, tendem a avaliar esse comportamento como mais grave e errado, o que está relacionado a maior risco de abuso infantil. A relação, descrita por diversos autores, entre as atribuições de responsabilidade à criança, e a reatividade dos pais na relação interpessoal com os filhos, é um dos dados mais robustos da literatura sobre as atribuição dos pais (Slep & O'Leary, 1998). Outro estudo mostrou que as atribuições maternas centradas na criança não estavam significativamente associadas aos resultados das intervenções, ou seja, o facto das mães atribuírem a responsabilidade do problema aos filhos, não é uma barreira para a intervenção, ainda que as mães que se auto-responsabilizam pelo comportamento dos filhos participem mais nas intervenções, tendo uma maior probabilidade de concluir a intervenção (Peters, Calm, & Harrington, 2005). Este resultado foi confirmado em estudos posteriores em que se verificou que quando as atribuições parentais são centradas nos pais (locus de controlo interno), é mais provável que os pais se envolvam na intervenção, do que se as atribuições forem centradas nas crianças (Pereira e Barros, 2019).

Estas são as duas dimensões consideradas mais importantes pela teoria atribucional e pela evidência empírica, nomeadamente a responsabilidade à criança e causalidade aos pais (Snarr et al., 2009). No entanto, Colalillo e colaboradores (2015) referem que a investigação tem privilegiado o estudo das atribuições centradas nas crianças, enquanto que as atribuições focadas nos pais têm sido menos estudadas, desconsiderando o papel dos pais na explicação do comportamento desadequado dos filhos. No sentido de dar resposta a esta lacuna da investigação, neste trabalho serão considerados os dois tipos de atribuições, focadas nas crianças e focadas nos pais, tal como nos estudos de Colalillo e colaboradores (2015) e de Snarr e colaboradores (2009), mas especificamente na população portuguesa.

Os diferentes tipos de atribuições parentais estão associados a diferentes emoções, e podem levar a vários padrões de comportamento que afetam os pais e as crianças (Enlund et al., 2015; Leung & Slep, 2006; Slep & O'Leary, 1998). A forma como os pais explicam o comportamento do filho provoca uma reação afetiva imediata, o que leva a uma parentalidade coerente com o humor (Leung & Slep, 2006). Desta forma, as atribuições podem ainda ser positivas, associadas às emoções dos pais também positivas, que são mais favoráveis à criança, ou negativas, associadas a

emoções mais negativas, que são mais desfavoráveis à criança, mostrando assim que a resposta parental aos comportamentos dos filhos, nas diversas situações, varia de acordo com as emoções diárias dos pais, tratando-se, portanto, de um constructo flexível, mais a nível intra-individual do que inter-individual (Enlund et al., 2015), sendo que as emoções positivas são mais comuns do que as emoções negativas (Dix, 1991). Um estudo mostrou que as mães tendem a fazer mais atribuições adaptativas quando se sentem mais positivas na relação com o filho, o que sugere que as emoções em determinada situação são preditores das atribuições parentais nessa situação (Dix, 1991). Atribuições parentais focadas em fatores causais e disposicionais da criança, correlacionaram-se positivamente com problemas de comportamento infantil, depressão parental, parentalidade severa e sentimentos negativos dos pais, e por outro lado, correlacionaram-se negativamente com a autoeficácia parental e parentalidade positiva (Sawrikar et al., 2019). As atribuições de responsabilidade à criança, aumentam com a idade desta (Petrenko et al. 2016), e estão na base do viés da atribuição negativa, em que os pais têm a crença que os comportamentos quotidianos dos filhos, como interromper ou falar alto, são atos egoístas, controláveis, maliciosos e deliberados, cometidos com intenção de os irritar, pelo que merecem serem punidas (Nelson et al., 2013).

### **2.2.3. Importância das atribuições parentais**

A literatura científica tem demonstrado um crescente interesse pelas atribuições parentais sobre as causas dos problemas de comportamento dos filhos, tendo em conta a importância das cognições no domínio da parentalidade e nas relações de cuidar (Bugental et al., 1998). Percebeu-se que a forma como os pais interpretam os eventos, tem efeitos nos pais, nas crianças, e ainda na relação interpessoal entre dois.

Werner (2012) diz que as atribuições parentais são um preditor dos problemas das crianças, e Colalillo e colaboradores (2015) fazem referência à sua importância no entendimento desses problemas, a nível comportamental e emocional. As atribuições disfuncionais dos pais contribuem para o desenvolvimento de problemas de comportamento infantil e para a manutenção desses problemas a longo prazo (Williamson & Johnston, 2015), afetando o comportamento (Sawrikar & Dadds, 2018), e de uma forma geral, a saúde das crianças (Joiner & Wagner, 1996). Beckerman e colaboradores (2017) especificam que se os pais considerarem o comportamento da

criança como negativo, e atribuírem esse comportamento às características internas, estáveis e globais da criança, essa atribuição é preditor de estilos parentais mais agressivos e, eventualmente, de pais abusivos.

É importante estudarem-se as atribuições parentais relativas ao comportamento dos filhos também porque são um preditor conhecido de problemas parentais contínuos (Sawrikar et al., 2018), orientam ou medeiam as respostas emocionais e comportamentais dos pais na relação com os filhos (Bugental et al., 1998; Sheeber, Johnston, Chen, Leve, Hops & Davis, 2009; Slep & O'Leary, 1998), são um preditor da qualidade das interações pai-filho (Palm et al., 2019), influenciam os processos familiares (Leung & Shek, 2015), e interferem na qualidade das relações familiares a longo prazo (Bugental et al., 1998).

As cognições, e especificamente as atribuições parentais em relação a problemas de comportamento das crianças, são ainda preditores do envolvimento dos pais nas intervenções infantis (Morrissey-Kane, Prinz, 1999; Pereira & Barros, 2019) e, consequentemente, preditores do seu sucesso (Palm et al., 2019; Sawrikar & Dadds, 2018; Sawrikar et al., 2018). Este depende substancialmente da motivação parental para procurarem ajuda para os filhos; os levarem consistentemente à terapia; envolverem-se e colaborarem na intervenção, ajudando a criança e também modificando os seus próprios comportamentos; e para fornecerem informação importante sobre as crianças (Pereira & Barros, 2019; Morrissey-Kane & Prinz, 1999). Os estudos realizados em amostras clínicas mostram que as atribuições parentais desadaptativas em relação aos problemas das crianças, estão associadas a maior risco de abandono das intervenções, tornando-se pertinente a promoção de atribuições mais adequadas, para que os pais possam ver-se, não como parte do problema, mas como parte da solução (Pereira & Barros, 2019). A fraca adesão parental às intervenções tem um impacto negativo nos resultados das mesmas, comprometendo a sua eficácia e, em última análise, a eficácia dos serviços de saúde mental (Ingoldsby, 2010).

Pereira e Barros (2019) referem que as atribuições parentais, enquanto preditores do envolvimento dos pais nas intervenções dirigidas às crianças, devem ser uma prioridade da investigação. Outros autores recomendam mesmo que as intervenções destinadas a prevenir ou diminuir a ocorrência de abuso infantil tenham como alvo as atribuições parentais disfuncionais, nomeadamente quando os pais atribuem responsabilidade e intenção hostil à própria criança pelo seu comportamento, focando as atribuições nas suas características internas, estáveis e globais, e avaliando o

seu comportamento como mais grave e errado (Beckerman et al., 2017; Beckerman et al., 2018), já que essas atribuições medeiam a associação entre o *stress* dos pais e os estilos parentais mais coercivos e abusivos. Identificar e intervir junto de pais com risco de serem mal-tratantes é uma importante meta de saúde pública (Bernstein, Laurent, Measelle, Hailey, & Ablow, 2013).

No entanto, e segundo Pereira e Barros (2019), poucos são os estudos sobre as cognições parentais que se têm dedicado às atribuições dos pais, ainda que muitas vezes estas sejam vistas como um fator de risco (Bugental et al., 1998). As atribuições parentais relativas ao comportamento das crianças têm interesse, não só por se tratar de uma cognição social do adulto, mas também pelos possíveis contributos para o desenvolvimento da criança (Scott, 1995). Estudos sugerem que intervenções que foquem o comportamento das crianças podem beneficiar da inclusão de estratégias para alterar as atribuições parentais (Johnston, Hommersen & Seipp, 2009; Katzmann et al., 2017), maximizando os ganhos para as crianças com problemas de comportamento (Sawrikar et al., 2018). Verificou-se que a diminuição das atribuições parentais disfuncionais por meio de intervenções dirigidas aos pais, leva a uma diminuição dos problemas de externalização da criança (Tarver, Daley, Lockwood, & Sayal, 2014).

### **2.3. Estudo das relações entre as atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado dos filhos e outras variáveis**

A pesquisa revela a associação das atribuições parentais com variáveis respeitantes aos pais e às crianças (Scott, 1995; Fernandes et al., 2019), e a influência de variáveis sociodemográficas nas atribuições parentais (Scott, 1995). Nesta investigação é tido em consideração o papel do sexo e nível socioeconómico dos pais, e do sexo e idade das crianças nas atribuições parentais, bem como a relação entre as atribuições parentais e a autoeficácia parental, o ajustamento psicológico dos pais, e o comportamento e temperamento das crianças.

#### **2.3.1. Variáveis relativas aos pais**

Relativamente ao **sexo dos pais**, a pesquisa sobre as atribuições parentais mostra que poucos são os estudos que incluíram pais e mães, privilegiando sobretudo o estudo das atribuições maternas, excluindo ou sub-representando as atribuições dos pais (Nelson et al., 2013; Williamson & Johnston 2015). No sentido de atender a esta lacuna da investigação, neste trabalho pretende-se examinar as atribuições das mães e

dos pais, contrariando a tendência dos estudos que utilizam maioritariamente amostras compostas por mães na análise das atribuições.

Os estudos que quiseram perceber o papel do sexo dos pais nas atribuições parentais, mostram que, de uma forma geral, os relatos dos pais são semelhantes aos relatos das mães no que respeita às atribuições que fazem acerca do comportamento dos filhos (Nelson et al., 2013; Snarr et al., 2009). No que se refere especificamente às atribuições de causalidade aos pais, também não foram encontradas diferenças significativas entre mães e pais (Fernandes et al., 2019; Nelson et al., 2013), verificando-se que, tanto as atribuições das mães como dos pais, focadas na criança, estão fortemente associadas a problemas desta (Colalillo et al., 2015), bem como que, em média, tanto os pais como as mães relatam aspetos mais positivos do que negativos dos filhos (Palm et al., 2019).

Um estudo que avaliou a semelhança entre as atribuições de mães e pais em nove países, concluiu que não existem diferenças, sendo que esta semelhança pode dever-se à influência mútua do pais e da mãe nas atribuições do outro, ou das conceções uniformes que possam existir em relação ao cuidar e ao desenvolvimento infantil, ou ainda podem ser influenciadas pela legislação que incentiva os pais a assumir igual responsabilidade no cuidar (Bornstein et al., 2011).

Por outro lado, alguns estudos sugerem que as diferenças na relação das mães e dos pais com os seus filhos, podem motivar diferentes explicações para os problemas dos mesmos (Colalillo et al., 2015), sendo que alguns investigadores mostram diferenças interpessoais nas atribuições das mães e dos pais para explicar o comportamento da criança (Sawrikar et al., 2018; Snarr et al. 2009). Ainda evidenciam que a associação entre atribuições parentais e problemas dos filhos, é diferente nas mães e nos pais (Werner, 2012; Williamson & Johnston, 2015), e que as atribuições destes podem estar também associadas de forma diferente aos comportamentos da criança (Werner, 2012). Foram também encontradas diferenças entre pais e mães, relativamente aos relatos sobre os problemas de externalização, verificando-se que as mães relataram mais problemas de comportamento externalizante do que os pais (Nelson et al., 2013), e tendem a apresentar mais atribuições de responsabilidade à criança, quando comparadas com os pais (Fernandes et al., 2019; Snarr et al. 2009), fazendo mais atribuições focadas em características disposicionais da criança (Palm et al., 2019). Noutro estudo também relativo aos relatos dos pais e das mães sobre os problemas de externalização, mas com base no sexo da criança, verificou-se que os

relatos das mães não diferiram em relação ao sexo do filho, mas os pais fazem essa diferenciação: os pais de meninas relataram menos problemas de externalização que os pais de meninos (Nelson et al., 2013).

Estudos sugerem que esta diferença entre pais e mães em relação às atribuições que fazem do comportamento da criança, pode ser explicada por um maior envolvimento das mães nas tarefas rotineiras com os filhos, levando a mais relatos de intencionalidade e hostilidade em relação aos comportamentos dos filhos, em comparação aos pais (Johnston et al., 2009). De uma forma geral, são as mães que passam mais tempo com os filhos no quotidiano, sobretudo quando estes ainda são jovens, e são elas as recetoras de informação negativa em relação ao comportamento desadequado dos filhos na escola (Nelson et al., 2013). Sawrikar e colaboradores (2018), acrescentam que as diferenças encontradas estão relacionadas com o papel culturalmente aceite, em que a mãe é considerada a principal cuidadora da família, passando mais tempo com as crianças.

Em relação ao **número de filhos**, tanto quanto se sabe, a literatura não faz referência à sua relação com as atribuições que os pais fazem em relação ao comportamento desadequado dos filhos. Sabe-se, no entanto, que as atribuições parentais têm um papel importante na parentalidade (Bugental et al., 1998), nomeadamente nos estilos parentais (e.g., Beckerman et al, 2017), que mães múltiparas recorrem mais ao abuso físico do que as mães primíparas (Rodrigues, Nogueira, & Altafim, 2013), que existem diferenças nas práticas educativas parentais em relação a filhos únicos e primogênitos, no caso de famílias com dois filhos (Freitas & Piccinini, 2010), e que existe uma associação entre o número de filhos e características dos pais (e.g., Bugental, Blue, & Cruzcosa, 1989). Tendo em conta todo este conhecimento que sugere a possibilidade de existir uma relação entre as atribuições parentais e o número de filhos, esta variável foi incluída neste estudo.

O **nível socioeconómico** (NSE) dos indivíduos é um construto teórico, uma variável latente que não pode ser diretamente observável e medida. Nesta investigação, foram avaliadas as habilitações literárias (nível de ensino) e a profissão dos pais, que são duas variáveis que refletem o NSE.

Em relação à situação económica e social dos pais, Snarr e colaboradores (2009) encontraram uma correlação positiva entre as atribuições de causalidade aos pais com o seu nível de escolaridade, o que vai ao encontro do que Fernandes e colaboradores (2019) também constataram, que pais sem desvantagem económica e social relataram

mais atribuições de causalidade aos pais disfuncionais, em relação aos pais com desvantagem, o que pode dever-se, segundo os referidos autores, ao facto dos pais sem desvantagem económica e social passarem menos tempo com os seus filhos, devido a compromissos profissionais e sociais, o que está associado a sentimentos de culpa em relação ao comportamento desadequado das crianças. Em relação às atribuições de responsabilidade à criança, não foram encontradas diferenças por estes autores (Fernandes et al., 2019). Alguns autores mostraram que a associação entre *stress* parental, nomeadamente motivado pelo baixo NSE, e parentalidade disfuncional, é parcialmente mediada por atribuições parentais também disfuncionais, em que o comportamento desadequado da criança é atribuído à sua intenção hostil (Beckerman et al., 2018).

Sawrikar e Dadds, (2018) interessou-se pela associação entre as atribuições dos pais e a percepção de **autoeficácia parental** em relação ao comportamento dos filhos e, com base na literatura, referem que os pais com percepção elevada de autoeficácia, associado a *locus* de controlo interno, desenvolvem parentalidade mais positiva, enquanto que o comportamento inadequado das crianças está associado a menor percepção de autoeficácia parental e a *locus* de controlo externo, que contribui para parentalidade mais negativa.

Outros autores também se interessaram pela associação das variáveis referidas, e mostraram que o comportamento desadequado dos filhos aumenta a frustração dos pais, interferindo com a sua percepção de autoeficácia, o que estimula atribuições focadas nos pais, que por sua vez contribuem para reações parentais disfuncionais, que aumentam os problemas das crianças, num ciclo vicioso (Colalillo et al., 2015; Williamson & Johnston, 2015).

Um estudo mais recente mostra que as atribuições parentais focadas em características disposicionais da criança correlacionam-se negativamente com a autoeficácia parental (Sawrikar et al., 2019).

Os estudos que se interessaram pela associação entre as atribuições parentais e o **ajustamento psicológico dos pais**, não são consensuais. Por um lado, um estudo recente realizado com pais de crianças com problemas emocionais e comportamentais, mostra que as atribuições parentais são independentes da saúde mental dos pais, e que se relacionam mais com fatores inerentes à criança (Palm et al., 2019). Por outro lado, os resultados de estudos anteriores, mostram a relação entre estas variáveis. Segundo Snarr e colaboradores (2009), as atribuições disfuncionais focadas nos pais estão



fortemente associadas à presença de sintomas depressivos nos pais e, segundo Leung e Slep (2006), quanto mais sintomas depressivos e sentimentos negativos estes experimentam, maior a probabilidade de acreditarem que os comportamentos problemáticos dos filhos são causados por características inerentes a si, estáveis, globais e disposicionais, o que provoca o distanciamento dos pais em relação aos filhos na medida em que se sentem incapazes de mudar o comportamento destes. Bolton e colaboradores (2003) acrescentam que, quanto mais sintomas depressivos as mães apresentarem, maior a propensão para atribuírem a causa do comportamento inadequado dos filhos a características estáveis, idiossincráticas e controláveis pela criança, e a sentirem-se culpadas por isso, atribuindo desta forma a causa do referido comportamento dos filhos a si mesmas. Dix e Grusec (1983) fazem referência à forma como a reação afectiva dos pais ao comportamento da criança depende da crença dos pais em relação à causa desse comportamento, ou seja, depende das atribuições que os pais fazem. Desta forma essa reação será diferente numa situação em que os pais acreditam que o comportamento da criança é intencional, estável e controlável, e noutra situação em que acreditam que o mesmo se deve à situação ou a limitações do desenvolvimento.

Outros estudos mostram ainda que as emoções e as atribuições parentais se influenciam mutuamente. O humor deprimido relaciona-se com as atribuições de mães de crianças com comportamento problemático (Bolton et al, 2003), e as emoções das mães e dos filhos são influenciadas pelas atribuições maternais (Nelson et al., 2013), o que corrobora dados anteriores. Dix (1991) mostrou o impacto das emoções negativas nas expectativas e atribuições parentais, em que as mães, quando zangadas, tendem a fazer atribuições mais desadaptativas, considerando que o comportamento inadequado dos filhos é intencional e controlado por estes, do que as mães não zangadas, e as mães com raiva momentânea esperam que o filho tenha um comportamento mais negativo em situações problemáticas. Num estudo experimental de Slep e O'Leary (1998), em que se manipularam as atribuições de responsabilidades à criança, percebeu-se que quando as mães são informadas de que o comportamento inadequado dos filhos é voluntário e intencional, relatam sentir-se mais irritadas e reativas, e os filhos apresentam mais afetos negativos, em relação às mães que recebem informação contrária, o que sugere que quando se alteram as atribuições parentais, as emoções dos pais e dos filhos também se alteram.

### 2.3.2. Variáveis relativas aos filhos

Em relação ao **sexo da criança**, Colalillo e colaboradores (2015) não encontraram diferenças nas atribuições parentais para meninas e meninos. Nelson e colaboradores (2013), nesse mesmo sentido, referem que tanto as mães como os pais acreditam que as suas filhas são tão responsáveis e intencionais nos seus comportamentos desadequados quanto os filhos mostrando, por outro lado, que os pais fazem atribuições diferentes em relação ao comportamento dos filhos, em função do sexo destes. No seu estudo os pais de meninas relataram significativamente menos problemas de externalização infantil, do que os pais de meninos, enquanto que os relatos das mães eram semelhantes para meninos e meninas no que respeita a problemas de comportamento infantil (Nelson et al., 2013), sugerindo desta forma que as atribuições parentais relativas a comportamentos externalizantes dos filhos, podem divergir em função do seu sexo. Um estudo anterior já tinha mostrado que os pais de meninas tendem a fazer atribuições mais disposicionais para comportamentos (positivos ou negativos), em relação aos pais de meninos, o que poderá ser explicado com a expectativa dos pais que o comportamento das filhas seja mais estável e previsível (Gretarsson & Gelfand, 1988).

Em relação à **idade da criança**, vários autores sugerem que os pais modelam as atribuições que fazem em relação ao comportamento dos filhos, em função do estágio de desenvolvimento destes (Bugental et al., 1998; Sheeber et al., 2009), apesar de outros autores não encontrarem apoio para a hipótese de que as atribuições parentais estivessem relacionadas com a idade dos filhos (Jenson et al., 1998). Morrissey-Kane e Prinz (1999) mostraram que as atribuições dos pais variam de acordo com a idade da criança, sendo que os pais acreditam que os filhos mais velhos são mais responsáveis pelo seu comportamento desadequado do que os filhos mais novos, na medida em que o seu comportamento desadequado é percebido pelos pais como causado por características disposicionais e considerado mais difícil de gerir (Gretarsson & Gelfand, 1988).

Em relação ao **temperamento da criança**, tanto quanto se sabe, não existem estudos que tenham investigado a sua relação com as atribuições que os pais fazem ao comportamento dos filhos. Colalillo e colaboradores (2015) referem, no entanto, que as atribuições do pai são particularmente importantes na previsão das dificuldades emocionais dos filhos.

Os investigadores têm-se focado mais no estudo da relação entre as atribuições parentais e o **comportamento da criança**. Numa investigação com pais de crianças com necessidades educacionais especiais foram encontradas predominantemente atribuições externas para comportamentos positivos e atribuições internas para comportamentos negativos (Bowers, 1995). Noutro estudo, os pais atribuíram os comportamentos positivos a características da criança e também à parentalidade, de forma a manterem e reforçarem sentimentos positivos sobre si mesmos e sobre os seus filhos; e comportamentos negativos a fatores situacionais, afastando a responsabilidade ou culpa de si e da criança (Montemayor & Ranganathan, 2012). Fernandes e colaboradores (2019) mostraram uma associação negativa baixa entre as atribuições parentais disfuncionais e o comportamento pró-social das crianças.

De uma forma geral, os pais atribuem os comportamentos desejáveis e pró-sociais a características disposicionais, inatas e estáveis dos filhos, e comportamentos indesejáveis ou desadequados a características situacionais e transitórias (Dix & Grusec, 1985; Gretaarsson & Gelfand, 1988), o que pode resultar do efeito *self-serving*, que é uma distorção cognitiva que ocorre quando os indivíduos atribuem os sucessos a fatores internos e pessoais, e as falhas a fatores situacionais e externos, preservando desta forma a autoestima (Zuckerman, 1979). Gretaarsson e Gelfand (1988) referem que as mães acreditam que os filhos são mais responsáveis pelos comportamentos ajustados, do que por comportamentos desadequados, o que contribui para aumentarem também a sua autoestima, já que as perceções dos pais em relação aos filhos são parecidas às que têm sobre si próprios. Essa tendência diminui quando os pais percebem que os filhos têm comportamentos problemáticos, os quais passam a fazer atribuições de responsabilidade à criança, o que pode também preservar a sua autoestima, aliviando os pais do seu senso de responsabilidade pelo comportamento desadequado ou fazendo com que se demitam da responsabilidade de contribuírem para a modificação do comportamento da criança no sentido mais adaptativo (Gretaarsson & Gelfand, 1988). Jacobs, Woolfson e Hunter (2016) perceberam que os pais de crianças com deficiência intelectual, atribuem o comportamento desadequado dos filhos a causas socioambientais, o que pode ajudar a promover uma paternidade mais eficaz, já que olham para o comportamento inadequado como passível de intervenção, pela adaptação do ambiente.

A investigação sobre as cognições parentais revela que existe uma associação entre atribuições parentais disfuncionais e problemas infantis, relatados pelos pais (e.g.,

Colalillo et al., 2015; Fernandes et al., 2019; Katzmann et al., 2017; Nelson et al., 2013; Snarr et al., 2009; Werner, 2012; Williamson & Johnston, 2015), que as atribuições dos pais podem variar de acordo com o tipo de problema infantil (Sheeber et al., 2009), que contribuem particularmente para os problemas de comportamento das crianças (e.g., Colalillo et al., 2015; Nelson et al., 2013; Williamson & Johnston, 2015), e que os pais de crianças com problemas de comportamento tendem a fazer atribuições focadas em causas internas, estáveis e controláveis da criança (Sawrikar & Dadds, 2018).

A literatura considera sobretudo dois tipos de problemas de comportamento infantil, de internalização e de externalização, no entanto, são poucos os estudos que comparam as relações entre as atribuições dos pais e os problemas de internalização e de externalização da criança a partir da mesma amostra. Dada a possibilidade de diferentes atribuições parentais estarem associadas a diferentes padrões de comportamento das crianças, mais internalizantes ou externalizantes, importa perceber essa relação, nomeadamente no contexto português, a partir de uma única amostra, o que é tido em conta na presente investigação. Colalillo e colaboradores (2015) reconhecendo que a relação entre os pais e filhos é complexa, iterativa e bidirecional, já testaram as relações simultâneas das atribuições dos pais com os problemas dos filhos, e mostraram que quando são analisados em conjunto, apenas as atribuições de responsabilidade à criança estavam associadas de forma significativa aos problemas infantis.

Outros estudos vão nesse sentido, nomeadamente um realizado com crianças de sete anos que mostrou que, quando as mães fazem atribuições de causalidade ao pais, focadas em si mesmas, em que se responsabilizam pelo comportamento desadequado dos filhos, a probabilidade de ocorrência de comportamentos de internalização e externalização dos filhos diminui (Nelson, et al., 2013), sendo que de facto, os problemas infantis surgem associados às atribuições de responsabilidade, focadas na criança (Snarr et al., 2009), nomeadamente problemas de externalização (e.g. Colalillo et al., 2015; Nelson et al., 2013; Werner, 2012). Relativamente aos mesmos, os resultados do estudo de Colalillo e colaboradores (2015) indicam que as mães de crianças com problemas de externalização, fazem mais atribuições de responsabilidade à criança pelo seu comportamento desadequado, e por outro lado, os pais que fazem mais atribuições de responsabilidade à criança, são também os que mais percecionam e relatam problemas de externalização nas crianças (Nelson et al., 2013). Existem

vários mecanismos que podem justificar essa associação entre atribuições parentais de responsabilidade à criança e comportamentos de externalização infantil. Colalillo e colaboradores (2015) sugerem que as atribuições parentais são moldadas pelos comportamentos negativos dos filhos, ou mesmo que operem por meio de comportamentos parentais negativos ou ainda por processos de aprendizagem.

As atribuições parentais relacionam-se com problemas de externalização infantil, mas também com problemas de internalização, embora a pesquisa nesta área seja mais escassa (Colalillo et al., 2015). Um estudo concluiu que as atribuições parentais focadas na criança predizem comportamentos de internalização nos filhos, ao passo que, as atribuições parentais focadas no adulto diminuem a probabilidade de ocorrerem esses problemas (e.g., Colalillo et al., 2015; Nelson et al., 2013). Sheeber e colaboradores (2009) descobriram que os pais de adolescentes que não estão deprimidos fazem menos atribuições de responsabilidade à criança pelos seus comportamentos desadequados, em relação aos pais de adolescentes deprimidos.

Num estudo realizado por Baden e Howe (1992), verificou-se que as mães de crianças em idade escolar, que relatam atribuições de responsabilidade à criança pelo seu comportamento desadequado, tendem a relatar mais problemas de comportamento, e que os pais de crianças com esses problemas, tendem a atribuir os mesmos à intenção da criança, além de os considerarem globais e estáveis, fora do controlo dos pais.

As atribuições de responsabilidade à criança para estes problemas podem diferir em função das características da criança. Os pais de crianças com atraso no desenvolvimento fazem menos atribuições de responsabilidade à criança, para problemas de comportamento, quando comparados com os pais de crianças com desenvolvimento típico, que consideram que os filhos têm mais controlo, responsabilidade, intenção e culpa pelos seus comportamentos desadequados (Jacobs, Woolfson, & Hunter, 2017). Nelson e colaboradores (2013) consideram a possibilidade destes pais, que fazem atribuições focadas na criança, acreditando que ela é responsável pelo seu comportamento desadequado, interpretarem e relatarem mais problemas de internalização e externalização infantil, o que é confirmado por Colalillo e colaboradores (2015), que acrescentam ainda que, este tipo de atribuições prediz os comportamentos desajustados. Esta relação positiva entre atribuições de controlo da criança e emoções parentais negativas, que levam a mais relatos de problemas de comportamento, não vai ao encontro de resultados mais recentes, em que as atribuições

parentais de responsabilidade à criança, foi associada a menos relatos de problemas de comportamento (Jacobs et al., 2017).

Pesquisadores sugerem que as atribuições focadas na criança possam ser perpetuadas ao longo do tempo devido ao aumento da frustração e fadiga dos pais relacionada com o comportamento desadequado da criança (Colalillo et al., 2015). Williamson e Johnston (2015) referem que os pais atribuem a responsabilidade desse comportamento às crianças, em detrimento da atribuição causal que está associada à sua própria responsabilidade, e acrescentam ainda que as atribuições focadas na criança podem ser estimuladas pela dificuldade que os pais têm em reconhecer a sua própria responsabilidade, face ao comportamento infantil desadequado.

### **3. Método**

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada no presente estudo, o tipo de investigação, os objetivos e respetivas hipóteses de investigação. De seguida, é feita a descrição geral dos instrumentos utilizados, da amostra e dos procedimentos seguidos para a recolha de dados.

#### **3.1. Desenho de Investigação**

Este estudo é de cariz exploratório e correlacional, intersujeitos, de natureza quantitativa (Martins, 2011), em que as variáveis não são manipuladas, mas apenas evocadas, e os resultados são explicados através da análise das relações estatísticas entre estas.

#### **3.2. Objetivos e Hipóteses de Investigação**

O presente estudo de investigação foi delineado com três objetivos. O primeiro objetivo é explorar e analisar as atribuições parentais acerca do comportamento desadequado dos filhos, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, na população portuguesa.

O segundo objetivo é explorar a associação entre as atribuições parentais sobre o comportamento desadequado dos filhos com variáveis referentes aos pais (autoeficácia e ajustamento psicológico parental), bem como analisar o efeito das variáveis sociodemográficas também relativas aos pais (sexo, nível socioeconómico e número de filhos) nas atribuições parentais, sendo possível colocar algumas hipóteses sobre estas relações e efeitos, tendo em conta a literatura empírica supracitada, e o mapa concetual (ver Figura 1):

*Hipótese 1:* Não se esperam diferenças entre pais e mães, no tipo de atribuições que fazem relativas ao comportamento desadequado dos filhos.

*Hipótese 2:* Espera-se que pais com NSE médio e alto façam mais atribuições de causalidade aos pais em relação ao comportamento desadequado dos filhos, do que pais com NSE baixo.

*Hipótese 3:* Espera-se que pais com maior perceção de autoeficácia façam menos atribuições de responsabilidade à criança e de causalidade aos pais, relativa ao comportamento desadequado dos filhos.

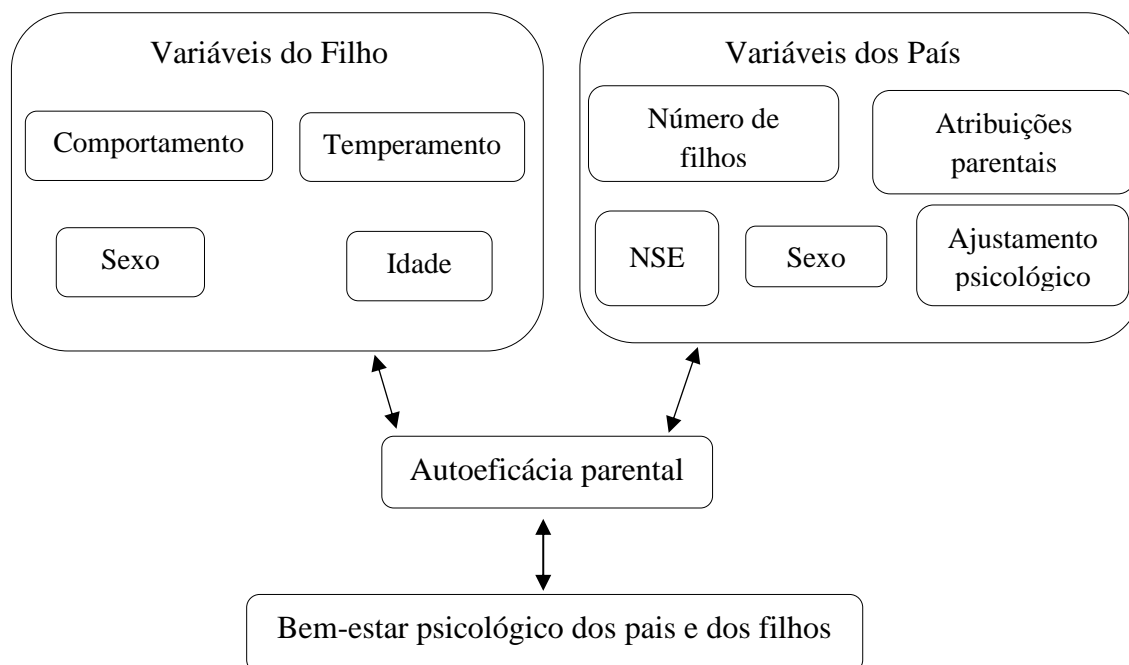
*Hipótese 4:* Espera-se que pais com mais sintomas façam mais atribuições de causalidade aos pais reativas ao comportamento inadequado dos filhos.

O terceiro objetivo deste estudo é explorar a associação entre as atribuições parentais dos comportamentos inadequados dos filhos, com variáveis referentes aos filhos (temperamento e comportamento), bem como explorar a influência de variáveis sociodemográficas, também referentes aos filhos (idade e sexo das crianças), nas atribuições parentais, sendo possível colocar algumas hipóteses:

*Hipótese 5:* Não se esperam diferenças entre os pais de meninas e os pais de meninos, nas atribuições que fazem relativas ao comportamento da criança.

*Hipótese 6:* Espera-se que pais com filhos dos 10 aos 12 anos façam mais atribuições parentais de responsabilidade à criança, comparativamente a pais com filhos dos 8 aos 9 anos.

*Hipótese 6:* Espera-se que os pais de crianças com problemas de comportamento façam mais atribuições de responsabilidade à criança.



*Figura 1.* Mapa conceitual das variáveis do presente estudo.



### **3.3. Instrumentos de Medida**

#### **3.3.1. Questionário Sociodemográfico**

A caraterísticas dos pais e dos filhos foram avaliadas através de um Questionário Sociodemográfico, contruído especificamente para o efeito, no sentido de recolher apenas informação pertinente para o estudo em causa, nomeadamente o sexo, a idade, a profissão e a escolaridade dos pais; bem como o sexo e a idade dos filhos. Foi respondido pelos pais, imediatamente antes de estes procederem ao preenchimento das outras medidas.

#### **3.3.2. *Parent Cognition Scale (PCS)***

As atribuições parentais foram estudadas através do Parent Cognition Scale - PCS (Snarr et al., 2009; adaptação portuguesa de Fernandes et al., 2019), com o objetivo de perceber em que medida os pais atribuem o comportamento do filho, à criança (atribuição de responsabilidade à criança) ou a si próprios (atribuição de causalidade aos pais).

Trata-se de uma medida de autorrelato, traduzida e adaptada para a população portuguesa, constituída por 30 itens, avaliados numa escala Likert de 6 pontos, que varia de “Sempre Verdade” (1) a “Nunca Verdade” (6), em que é solicitado aos pais que assinalem em que medida concordam com uma série de razões apresentadas para o comportamento inadequado do filho(a), com idade compreendida entre os 3 e os 12 anos, nos últimos 2 meses. O questionário é constituído por duas subescalas: uma que avalia a dimensão de responsabilidade infantil, focada na criança, ou seja, em que medida os pais, atribuem o controlo e a intenção negativa do comportamento inadequado da criança a ela própria (constituída por 9 itens, e.g., “O meu filho pensa que é ele que manda”, “O meu filho tenta tirar-me do sério ou provocar-me”), e outra em que avalia a dimensão de causalidade aos pais, focada no próprio adulto, ou seja, em que medida o pai ou a mãe atribuem o comportamento inadequado do filho a características estáveis, globais e de traço deles próprios (constituída por 7 itens, e.g., “Não dou atenção suficiente ao meu filho” “não sou suficientemente organizado(a) com o meu filho”). Os restantes 14 itens da escala não são utilizados na pontuação e funcionam como “itens de distração”, em que o comportamento inadequado da criança não é atribuído nem a esta, nem aos pais, ou seja, é atribuído a fatores que não controláveis nem pelos pais, nem pelos filhos. Cada um dos itens é pontuado de forma inversa.

Na subescala de responsabilidade à criança os resultados variam entre 9 e 54 e na subescala de causalidade aos pais variam entre 7 e 42, sendo que pontuações mais altas correspondem a elevadas atribuições desadaptativas.

No que diz respeito à consistência interna, Fernandes e colaboradores (2019) concluíram que esta escala é uma medida adequada já que apresentam valores de consistência interna apropriados: *alfas* de *cronbach* de .90 para as mães e de .88 para os pais, para a dimensão das atribuições parentais focadas na criança; e de .81 para as mães e .85 para os pais, para a dimensão das atribuições parentais focados nos adultos. Neste estudo, os valores para o *alfa* de *cronbach* foram de .89 para as atribuições parentais de responsabilidade da criança e de .78 para as atribuições parentais de causalidade dos pais, sendo considerados bons, de acordo com Pereira (2013).

### **3.3.3. *Perceived Parental Self-Efficacy (PPSE)***

A autoeficácia parental foi avaliada com a Perceived Parental Self-Efficacy – PPSE (Caprara, Scabini, & Regalia, 2006; versão portuguesa de Costa, Faria, Alessandri, & Caprara, 2016), que avalia a percepção dos pais sobre as suas competências para lidarem eficazmente com um conjunto de situações referentes à relação interpessoal com o seu filho(a). Este instrumento avalia vários domínios: manterem uma comunicação aberta com o seu filho; estimularem o filho a ser resiliente e a gerir novos desafios; conseguirem um acordo sobre responsabilidades pessoais com o filho; lidarem com firmeza com as infrações a regras e compromissos cometidas pelo filho; impedirem que as divergências se transformem em conflitos; e para criar atividades agradáveis e de qualidade com o filho.

Trata-se de um questionário que inclui 19 itens, organizados numa escala de Likert de 6 pontos, que varia entre: “incapaz” (1) e “Completamente capaz” (6), em que é solicitado aos pais que assinalem em que medida as afirmações apresentadas que ilustram um conjunto de situações referentes à sua relação com a criança, expressam o seu nível de competência para as enfrentar. Os resultados variam entre 19 e 114, sendo que pontuações mais altas indicam elevadas percepções de autoeficácia parental.

Em relação às qualidades psicométricas, considera-se uma escala fiável, com *alfa* de *cronbach* de .88 (Costa et al., 2016). Neste estudo, os valores para o *alfa* de *cronbach* foi de .93, que é considerado muito bom, de acordo com Pereira (2013).

### **3.3.4. *Brief Symptom Inventory (BSI)***

O ajustamento psicológico dos pais foi avaliado através do Brief Symptom Inventory – BSI (Derogatis & Spencer, 1993; versão portuguesa de Canavarro, 1999), que indica a presença de sintomas psicopatológicos, ao longo de nove dimensões: de Somatização, Obsessões-Compulsões, Sensibilidade Interpessoal, Depressão, Ansiedade, Hostilidade, Ansiedade Fóbica, Ideação Paranóide e Psicoticíssimo.

Trata-se de um inventário com 53 itens, organizados numa escala de Likert de 5 pontos, que varia entre: “Nunca” (1) e “Muitíssimas vezes” (5), em que é solicitado aos pais que assinalem em que medida as afirmações apresentadas, ilustram a frequência com que esses sintomas os incomodaram na última semana. No presente estudo apenas será usado o resultado global da medida, que varia entre 53 e 265, sendo que pontuações mais altas correspondem a níveis elevados de psicossintomatologia.

Neste estudo apenas será utilizado o resultado global da medida. Relativamente à consistência interna, segundo Canavarro (1999), os estudos efetuados com a versão portuguesa apresentam valores adequados, com *alfa de cronbach*: .93 para o índice geral de sintomas. Neste estudo *alfa de cronbach* foi de .96, que é considerado muito bom, de acordo com Pereira (2013).

### **3.3.5. *School Age Temperament Inventory (SATI)***

O temperamento das crianças foi avaliado com a School-Age Temperament Inventory – SATI (McClowry, 1995; adaptação portuguesa de Lima, Lemos, & Guerra, 2010), que pretende perceber a perceção parental acerca do temperamento do filho(a), ao longo de quatro dimensões: reatividade negativa, persistência na tarefa, sociabilidade e a atividade.

Trata-se de um questionário constituído por 38 itens, cuja resposta varia de “Nunca” (1) a “Sempre” (5), em que é solicitado aos pais que assinalem em que medida as afirmações apresentadas que ilustram um conjunto de comportamentos do filho(a), expressam a frequência com que acontecem. No presente estudo apenas será usado o resultado global da medida que varia entre 38 e 190, no qual pontuações mais altas indicam um temperamento difícil da criança.

Neste estudo apenas será utilizado o resultado global da medida. De acordo com Lima e colaboradores (2010), e relativamente às qualidades psicométricas, o SATI é um instrumento fidedigno e válido, destinado aos pais ou cuidadores, que pode ser utilizado para avaliar o temperamento das crianças portuguesas com idades compreendidas entre

os 8 e os 12 anos. A fidelidade analisada com base no coeficiente *alfa de cronbach*, obteve valores entre .85 e .90 para os relatos das mães e dos pais. Neste estudo, os valores para o *alfa de cronbach* do total da escala é de .79, considerado bom, de acordo com Pereira (2013).

### **3.3.6. *Strength and Difficulties Questionnaire* – Versão Pais (SDQ-Por)**

Para avaliara o ajustamento psicológico das crianças, foi utilizada o Strength and Difficulties Questionnaire – SDQ (Goodman, 1997; versão portuguesa de Fleitlich, Loureiro, Fonseca & Gaspar, 2005), a versão para pais, no sentido de perceber a perceção dos pais, relativamente às capacidades e dificuldades da criança, em questões comportamentais, emocionais e relacionais.

Trata-se de uma breve medida, validada para crianças dos 4 aos 17 anos, composta por 25 itens, organizados numa escala Likert de 3 pontos, que varia de “*Não é verdadeiro*” (1) a “*Certamente verdadeiro*” (3), em que é solicitado aos pais que assinalem em que medida concordam com uma serie de afirmações apresentadas relativas ao comportamento do filho durante os últimos 6 meses.

Estes 25 itens do questionário estão divididos em 5 subescalas, compostas por 5 itens cada uma, que avaliam diferentes dimensões: Hiperatividade, Problemas de Comportamento, Sintomas Emocionais, Problemas de Relacionamento com os Colegas e Comportamento Pró-social (Fleitlich et al., 2005).

Na presente investigação, não foram usadas estas 5 subescalas, mas apenas 3 subescalas mais amplas, que integram os 25 itens, e os resultados serão interpretados de acordo com Goodman, Lamping e Ploubidis (2010), há vantagens em utilizar as subescalas mais amplas na análise de amostras de baixo risco.

Esta escala é uma boa medida de avaliação de psicopatologia em crianças e adolescentes, revelando propriedades psicométricas adequadas, com coeficientes de consistência interna com base no coeficiente *alfa de cronbach* de .63 para a subescala de comportamento pró-social, de .75 para a subescala problemas de internalização e de .79 para a subescala de problemas de externalização (Goodman et al., 2010). Neste estudo, os valores para o *alfa de cronbach* foram de: .80 para a subescala de comportamento pró-social, .55 para a subescala problemas de internalização e .40 para a subescala de problemas de externalização, sendo considerados valores bom, fraco e inaceitável, de acordo com Pereira (2013).

### 3.4. Participantes

Os dados da presente investigação foram recolhidos a partir de uma amostra total de 73 pais (77 % do sexo feminino). Em relação ao sexo dos pais, tendo em conta a predominância de respostas das mães, deverão ser considerados eventuais enviesamentos da amostra. Nem todos os pais responderam a todos os questionários, conforme mostra a Quadro 1.

Quadro 1  
*Distribuição da amostra referente às variáveis dependentes em estudo.*

	n	%
PPSE	73	100
PCS	62	85
SATI	56	77
BSI	51	70
SDQ	49	33

*Nota.* % = percentagem; n = número de sujeitos.

Todos os pais têm idade igual ou superior a 18 anos, têm nacionalidade portuguesa e têm pelo menos um(a) filho(a) com idade compreendida entre os 8 e os 12 anos, inclusive, respondendo sempre em relação ao filho mais velho dessa faixa etária. O NSE foi determinado a partir da profissão e da escolaridade dos pais, e classificado de acordo com Simões (1994). Os pais pertencem predominantemente ao NSE médio (n = 60), com 6 pais pertencendo ao NSE baixo, e 7 pais ao NSE alto. Tendo em conta a discrepância verificada, esta variável não será incluída na análise do estudo, uma vez que os resultados seriam enviesados. Em relação ao número de filhos, foram considerados dois grupos, pais com um filho (32%) e pais com 2 ou mais filhos (69%).

A análise dos dados em relação à idade das crianças foi feita dividindo os pais em dois grupos: pais com crianças 8 – 9 anos (37%) e pais com crianças dos 10 – 12 anos (63%), e em relação ao sexo dos filhos, considerou-se pais de meninos (56%) e pais de meninas (44%). A caracterização sociodemográfica é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2  
*Caracterização sociodemográfica da amostra (n = 73).*

		n	%
Sexo pais			
	Masculino	17	23%
	Feminino	56	77%
NSE			
	Baixo	6	8%
	Médio	60	82%
	Alto	7	9,6%
Nº de filhos			
	1 filho	23	32%
	2 ou mais filhos	50	69%
Idade dos filhos			
	8 – 9 anos	27	37%
	10 – 12 anos	46	63%
Sexo filhos			
	Masculino	41	56%
	Feminino	32	44%

*Nota.* NSE = nível socioeconómico; Nº = número; % = percentagem; n = número de sujeitos.

### 3.5. Procedimento

Relativamente ao procedimento, primeiramente foram realizados os pedidos de autorização para a utilização dos instrumentos, e posteriormente foi submetido o RAPI, e após aprovação do projeto de investigação pela Comissão de Deontologia do Conselho Científico da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, procedeu-se à recolha de dados online, entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Os instrumentos de recolha de dados foram disponibilizados na Plataforma *Qualtrics* subscrita pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, cujo *link* foi previamente divulgado na rede social *Facebook*, por *e-mail* e por contacto pessoal direto. Ao acederem ao *link* do estudo, os participantes tinham as instruções de participação, bem como a contextualização do estudo, nomeadamente os objetivos da mesma e as condições de aplicação. Após darem o seu consentimento informado, o qual incluía informação detalhada sobre os objetivos e procedimentos do estudo, o sigilo e o anonimato das respostas, os participantes iniciam o preenchimento, num único momento, do questionário sociodemográfico e posteriormente das cinco medidas de autorrelato avaliadas em escalas de *likert*, com o número de pontos variável, num tempo médio de preenchimento de 20 minutos no total.

Dada a natureza quantitativa do presente estudo, os dados recolhidos foram tratados estatisticamente com recurso ao programa *IBM SPSS Statistics*, versão 26.

Procedeu-se à estatística descritiva, à análise exploratória dos dados para averiguar a distribuição normal da amostra e a adequação da realização de testes paramétricos, através da assimetria e curtose, do teste de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e do teste de *Levene*. Os resultados violam o pressuposto da normalidade em relação às variáveis autoeficácia parental e ajustamento psicológico ( $p < 0,05$  para o teste K-S). O pressuposto da homogeneidade das variâncias foi violado para a variável idade dos filhos ( $p < 0,05$  para o teste de *Levene*). Apesar das variáveis violarem os pressupostos da normalidade e homogeneidade pré-estabelecidos, e uma vez que a dimensão da amostra ( $n > 30$ ) legitima a invocação do teorema do limite central (Marôco, 2014), serão realizados testes paramétricos. De acordo com este teorema, à medida que o número de participantes aumenta, a distribuição de uma média tende a aproximar-se da curva de *Laplace-Gauss*. Neste sentido, e ainda que a distribuição das variáveis em análise não seja normal e homogênea, a sua média seguirá invariavelmente essa distribuição de probabilidade, já que o número de participantes é suficientemente elevado (Marôco, 2014).

Também foram realizadas as estatísticas inferenciais. As qualidades psicométricas dos instrumentos aplicados, no que se refere à consistência interna, foram avaliadas através do índice de confiabilidade *alfa de cronbach*, cujos resultados já foram atrás descritos. A análise das relações entre as variáveis foi avaliada mediante a utilização de técnicas estatísticas específicas, nomeadamente o coeficiente de *Pearson*. Para verificar a existência de diferenças entre dois grupos foi utilizado o teste t. Ainda foi realizada a regressão linear múltipla, para analisar a predição entre as variáveis.

## **4. Análise de Resultados**

### **4.1. Análise das atribuições parentais em relação ao comportamento desadequado dos filhos**

De forma a ir ao encontro do primeiro objetivo da presente investigação, procedeu-se a uma análise descritiva da PCS, no sentido de se perceber que tipo de atribuições parentais os pais portugueses com filhos entre os 8 e os 12 anos fazem, se atribuições de responsabilidade à criança ou atribuições de causalidade aos pais.

A partir da análise do Quadro 3, verifica-se que, os pais portugueses com filhos entre os 8 e os 12 anos, não fazem muitas atribuições de responsabilidade à criança ( $M = 25,77$ ,  $DP = 8,65$ ), nem de causalidade aos pais ( $M = 17,95$ ,  $DP = 5,57$ ). Desta forma, os pais não atribuem a causa do comportamento desadequado dos seus filhos a eles próprios, nem consideram que a criança é a responsável, fazendo atribuições mais adaptativas.



Quadro 3

*Média, desvio-padrão, consistência interna e correlações entre as escalas do estudo.*

	M	DP	$\alpha$	1	2	3	4	5	6	7
	<i>Cronbach</i>									
1. PPSE Total	82,47	13,23	.93	1						
2. PCS Crianças	25,77	8,65	.89	-.56**	1					
3. PCS Pais	17,95	5,57	.78	-.55**	.54**	1				
4. SATI Total	102,68	12,63	.79	-.15	.31*	.19	1			
5. BSI Total	88,45	26,74	.96	-.16	.13	.39**	.47**	1		
6. SDQ Internalização	15,12	2,08	.55	-.03	.08	.23	.17	.26	1	
7. SDQ Externalização	17,14	2,57	.40	.03	.16	.13	.31*	.14	-.02	1
8. SDQ Pró-social	13,18	2,11	.80	.33*	-.04	-.15	-.09	-.11	.04	-.05

*Nota.* DP = desvio padrão; M = média; PPSE Total = resultado global da *Perceived Parental Self-efficacy*; PCS Criança = subescala de atribuições de responsabilidade à criança da *Parental Cognition Scale*; PCS Pais = subescala das atribuições de causalidade aos pais da *Parental Cognition Scale*; SATI Total = resultado global do *School-age Temperament Inventory*; BSI Total = resultado global do *Brief Symptom Inventory*; SDQ Internalização = subescala de problemas de internalização da *Strengths and Difficulties Questionnaire*; SDQ Externalização = subescala de problemas de externalização da *Strengths and Difficulties Questionnaire*; SDQ Pró-social = subescala de comportamento pró-social da *Strengths and Difficulties Questionnaire*.

\*\* Correlações significativas a 1% de significância ( $p < 0,01$ ); \* Correlações significativas a 5% de significância ( $p < 0,05$ ).

## **4.2. Análise das correlações entre as variáveis**

Para avaliar a relação entre atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado dos filhos e variáveis relativas aos pais (autoeficácia parental e ajustamento psicológico dos pais), e relações entre atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado dos filhos e variáveis relativas aos filhos (temperamento e comportamento), foram realizadas as análises de correlação de *Person*. Conforme se pode observar no quadro 3, foram verificadas correlações estatisticamente significativamente que serão analisadas de seguida.

### **4.2.1. Análise da relação entre a autoeficácia parental e as atribuições parentais em relação ao comportamento desadequado dos filhos (de responsabilidade à criança e de causalidade aos pais)**

Verificou-se uma relação entre a autoeficácia parental e as atribuições parentais relativas do comportamento desadequado dos filhos. A autoeficácia parental está negativamente correlacionada com as atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado do filho, para as atribuições de responsabilidade à criança ( $r = -.56, p = .00$ ), e para atribuições de causalidade aos pais ( $r = -.55, p = .00$ ), sendo considerada uma correlação moderada<sup>1</sup>. Desta forma, maior percepção de autoeficácia parental está associada a menos atribuições parentais disfuncionais, quer de responsabilidade á crianças, quer de causalidade aos pais.

### **4.2.2. Análise da relação entre ajustamento psicológico parental e atribuições dos pais de causalidade aos pais, em relação ao comportamento desadequado dos filhos**

Verificou-se uma correlação positiva significativa, entre o ajustamento psicológico parental e a as atribuições que os pais fazem de causalidade aos pais ( $r = .39, p = .00$ ), sendo considerada uma correlação fraca. Assim, a sintomatologia dos pais está associada a mais atribuições de causalidade aos pais, ou seja, quanto mais sintomas os pais apresentam, mais fazem atribuições de causalidade aos pais, em que sentem que

---

<sup>1</sup> Foi considerada a classificação da força da relação entre as variáveis determinada por Mukaka (2012), tendo em conta o tamanho do valor do coeficiente de correlação de Pearson: correlação insignificante ( $r = .00$  a  $.30$ ;  $r = .00$  a  $-.30$ ), fraca positiva/negativa ( $r = .30$  a  $.50$ ;  $-.30$  a  $-.50$ ), moderada positiva/negativa ( $r = .50$  a  $.70$ ;  $-.50$  a  $-.70$ ), forte positiva/negativa ( $r = .70$  a  $.90$ ;  $-.70$  a  $-.90$ ) e muito forte ( $r = .90$  a  $1.00$ ;  $-.90$  a  $-1.00$ ).

são a causa do comportamento inadequado dos filhos. Não se verificou correlação significativa para as atribuições de responsabilidade à criança ( $r = -.16, p = .27$ ).

#### **4.2.3. Análise da relação entre o temperamento da criança e atribuições parentais de responsabilidade à criança, em relação ao comportamento inadequado dos filhos**

Verificou-se a existência de uma correlação positiva significativa entre as atribuições de responsabilidade à criança e o temperamento da criança ( $r = .31, p = .02$ ), sendo considerada uma correlação fraca. O temperamento mais difícil da criança está associado a mais atribuições de responsabilidade à criança, ou seja, quanto mais difícil é o temperamento da criança, mais os pais consideram que a responsabilidade por esses comportamentos é da criança. Não se verificou correlação significativa para as atribuições de causalidade aos pais e o temperamento da criança ( $r = .19, p = .15$ ).

#### **4.3. Papel preditivo da autoeficácia parental, atribuições de causalidade aos pais e temperamento da criança, nas atribuições parentais, de responsabilidade à criança**

Averiguou-se ainda o valor preditivo da autoeficácia parental, do ajustamento psicológico parental, do temperamento da criança e das atribuições de causalidade aos pais (variáveis preditoras), nas atribuições de responsabilidade à criança (variável critério), através de uma regressão linear múltipla (método enter, Quadro 4). A análise demonstrou um modelo significativo [ $F(3, 52) = 11,17, p < .05$ ] e explicativo de 36% da variância ( $R^2 = .36$ ). O temperamento da criança ( $\beta = .20; p > .05$ ) não prediz significativamente as atribuições de responsabilidade à criança quando presentes no modelo a autoeficácia parental ( $\beta = -.30; p < .05$ ), e as atribuições de causalidade aos pais ( $\beta = .33; p < .05$ ).

##### **Quadro 4**

*Resumo da regressão para variáveis preditoras (atribuições causalidade aos pais, autoeficácia parental e temperamento da criança) das atribuições de responsabilidade à criança.*

	B	SE	$\beta$
PCS Pais	.53	.20	.33*
PPSE total	-.24	.10	-.30*
SATI total	.14	.08	.20

*Nota.* PCS Pais = subescala das atribuições de causalidade aos pais da *Parental Cognition Scale*; PPSE Total = resultado global da *Perceived Parental Self-efficacy*; SATI Total = resultado global do *School-age Temperament Inventory*.

$R^2 = .36$ .

\*Correlações significativas a 5% de significância ( $p < .05$ ).

#### 4.4. Papel preditivo da autoeficácia parental, ajustamento psicológico parental e as atribuições de responsabilidade à criança, nas atribuições parentais, de causalidade aos pais

Averiguou-se o valor preditivo da autoeficácia parental, do ajustamento psicológico parental e das atribuições de responsabilidade à criança (variáveis preditores), nas atribuições de causalidade aos pais (variável critério), através de uma regressão linear múltipla (método enter, quadro 5). A análise demonstrou um modelo significativo [ $F(3, 47) = 13,33, p < .05$ ] e explicativo de 43% da variância ( $R^2 = .43$ ). O ajustamento psicológico dos pais ( $\beta = .30; p < .05$ ), atribuições de responsabilidade à criança ( $\beta = .36; p < .05$ ) e autoeficácia parental ( $\beta = -.29; p < .05$ ), predizem significativamente as atribuições de causalidade aos pais.

##### Quadro 5

*Resumo da regressão para variáveis preditores (atribuições de responsabilidade à criança, autoeficácia parental e ajustamento psicológico dos pais) das atribuições de causalidade aos pais*

	B	SE	$\beta$
PCS Crianças	.24	.08	.36*
PPSE Total	-.15	.06	-.29*
BSI Total	.06	.02	.30*

*Nota.* PCS Criança = subescala de atribuições de responsabilidade à criança da *Parental Cognition Scale*; PPSE Total = resultado global da *Perceived Parental Self-efficacy*; BSI Total = resultado global do *Brief Symptom Inventory*.  $R^2 = .43$ .

\*Correlações significativas a 5% de significância ( $p < .05$ ).

#### 4.5. Análise das diferenças entre grupos

Para analisar as diferenças nas atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado dos filhos, tendo em conta as variáveis sociodemográficas referentes aos pais (sexo, número de filhos) e aos filhos (sexo, idade), foi realizada uma comparação de médias entre grupos de pais, para as atribuições de responsabilidade à criança (Quadro 6) e para as atribuições parentais de causalidade aos pais (Quadros 7).

##### 4.5.1. Análise das diferenças entre grupos em função da idade da criança

Consistentemente com a hipótese colocada, o teste de *t-Student* (Quadro 6) mostra que existem diferenças estatisticamente significativas entre os pais com filhos dos 8-9 anos e os pais com filhos dos 10-12 anos, ao nível das atribuições parentais de responsabilidade à criança ( $t(60) = -2,07, p = .04$ ). Os pais com filhos dos 10-12 anos fazem mais atribuições parentais de responsabilidade à criança, do que os pais com

filhos dos 8-9 anos, que consideram que as crianças mais pequenas não têm tanta responsabilidade pelo seu comportamento desadequado. Não se verificaram diferenças significativas para as atribuições de causalidade aos pais ( $t(60) = -.77, p = .44$ , ver quadro 7).

#### Quadro 6

*Diferenças nas atribuições de responsabilidade à criança em função das variáveis sociodemográficas.*

		n	M (DP)	t	p
PCS crianças	Idade dos filhos				
	8 – 9 anos	25	23,08 (7,59)	-2,07	.04*
	10 – 12 anos	37	27,59 (8,95)		
	Sexo pais				
	Masculino	12	25 (9,95)	-.34	.73
	Feminino	50	25,96 (8,42)		
	Sexo filhos				
	Masculino	30	25,37 (8,86)	-.36	.72
	Feminino	32	26,16 (8,58)		
	Nº filhos				
	1 filho	20	23,50 (8,18)	- 1,44	.16
	2 ou mais filhos	42	26,86 (8,76)		

*Nota.* Nº = Número; PCS Criança = subescala de atribuições de responsabilidade à criança da *Parental Cognition Scale*.

\*Correlações significativas a 5% de significância ( $p < .05$ ).

#### Quadro 7

*Diferenças nas atribuições de causalidade aos pais em função das variáveis sociodemográficas.*

		n	M (DP)	t	p
PCS pais	Idade dos filhos				
	8 – 9 anos	25	17,28 (5,96)	-.77	.44
	10 – 12 anos	37	18,41 (5,33)		
	Sexo pais				
	Masculino	17	19,08 (5,95)	-.78	.44
	Feminino	56	17,68 (5,51)		
	Sexo filhos				
	Masculino	30	16,93 (5,74)	-1,40	.17
	Feminino	32	18,91 (5,33)		
	Nº filhos				
	1 filho	20	16,05 (5,26)	- 1,89	.06
	2 ou mais filhos	42	18,86 (5,55)		

*Nota.* Nº = Número; PCS Pais = subescala das atribuições de causalidade aos pais da *Parental Cognition Scale*.

\*Correlações significativas a 5% de significância ( $p < .05$ ).

## **5. Discussão de resultados**

Nesta investigação foram analisadas as atribuições parentais acerca do comportamento desadequado dos filhos, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, na população portuguesa. Posteriormente analisou-se a sua associação com variáveis referentes aos pais (autoeficácia e ajustamento psicológico), e variáveis referentes aos filhos (temperamento e comportamento), bem como diferenças entre grupos em função de variáveis sociodemográficas também relativas aos pais (NSE, sexo e número de filhos) e aos filhos (idade e sexo).

De forma a melhor se compreender a discussão dos resultados obtidos, esta vai ser apresentada de acordo com os objetivos previamente definidos, e respetivas hipóteses.

Em relação ao primeiro objetivo, verificou-se que os pais portugueses com filhos com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos, não focam as atribuições que fazem acerca do comportamento desadequado dos filhos, nem no papel causal dos pais, nem na responsabilidade à criança.

Relativamente ao segundo objetivo, verificou-se que a hipótese 1 foi confirmada, já que não se verificaram diferenças entre os pais e as mães, nas atribuições que fazem relativas ao comportamento desadequado dos filhos, quer de responsabilidade à criança, quer de causalidade aos pais. Apesar de Sawrikar e colaboradores (2018) e Snarr e colaboradores (2009) terem encontrado diferenças interpessoais nas atribuições dos pais e das mães, que se refletem na forma como explicam o comportamento dos filhos, outros estudos indicam que, de uma forma geral, os relatos dos pais são semelhantes aos relatos das mães no que respeita às atribuições que fazem acerca do comportamento dos filhos (Fernandes et al., 2019; Nelson et al., 2013; Snarr et al., 2009), mesmo quando se compararam pais e mães de diferentes países (Bornstein et al., 2011). Esta semelhança encontrada também neste estudo pode dever-se à influência mútua dos pais e das mães nas atribuições do outro, ou às conceções uniformes que possam existir em relação ao cuidar e ao desenvolvimento infantil, ou ainda podem ser influenciadas pela legislação que incentiva os pais a assumir igual responsabilidade no cuidar (Bornstein et al., 2011). De salientar a evidente diferença numérica entre as subamostras de pais e de mães, o que nos leva a interpretar este resultado com cautela.

Ainda em relação ao segundo objetivo, foram exploradas as diferenças relativas às atribuições que os pais fazem ao comportamento das crianças, em função do número de filhos. Não se verificaram diferenças significativas entre pais com um filho e pais

com dois ou mais filhos, no tipo de atribuições que fazem ao seu comportamento desadequado, quer para as atribuições de responsabilidade à criança, quer para as atribuições de causalidade aos pais, ainda que outros estudos indiquem que o número de filhos está relacionado com o abuso físico materno (Rodrigues et al., 2013), com práticas educativas parentais (Freitas & Piccinini, 2010), e com características dos pais (e.g., Bugental et al., 1989).

Em relação à hipótese 2, que diz respeito ao NSE dos pais, esta não foi analisada neste estudo, uma vez que não é possível obter conclusões significativas, tendo em conta que a amostra é constituída maioritariamente por pais com NSE médio.

A análise dos resultados indica que a autoeficácia parental e as atribuições parentais, estão negativamente correlacionadas, o que corrobora a hipótese 3. Sawrikar e colaboradores (2019) já haviam relatado uma correlação entre atribuições parentais focadas em fatores causais e disposicionais da criança e a autoeficácia parental, e Colalillo e colaboradores (2015) mostraram que os pais fazem mais atribuições focadas nos pais quando a sua perceção de autoeficácia é mais baixa, influenciada pela frustração parental na relação com o filho. Nesse mesmo sentido, este estudo indica que maior autoeficácia parental está associada a menos atribuições focadas nas crianças e nos pais. Ainda se verifica que a autoeficácia parental, de todas as variáveis analisadas, é aquela que melhor prediz as atribuições parentais, de responsabilidade à criança e de causalidade aos pais, relativas ao comportamento desadequado dos filhos.

A hipótese 4, ainda referente ao segundo objetivo, foi confirmada, já que os resultados indicam uma correlação positiva significativa entre o ajustamento psicológico dos pais e as atribuições de causalidade aos pais. Não foram encontradas correlações estatisticamente significativas para as atribuições de responsabilidade à criança. Estes resultados são convergentes com a investigação anterior, cujas conclusões indicam que os sintomas depressivos estão associados a atribuições focadas nos pais (e.g. Snarr & colaboradores, 2009; Leung & Slep, 2006). De igual forma, os resultados do presente estudo também indicam que quanto mais sintomas os pais apresentam, mais fazem atribuições de causalidade a si próprios, ainda que alguns autores afirmem que as atribuições parentais são independentes da saúde mental dos pais, e se relacionam com fatores inerentes à própria criança (Palm et al., 2019).

Relativamente ao terceiro objetivo, a hipótese 5 foi confirmada, já que não se encontraram diferenças entre os pais de meninas e os pais de meninos, nas atribuições que fazem relativas ao comportamento dos filhos, quer para as atribuições de

responsabilidade à criança, quer para as atribuições de causalidade aos pais, o que vai ao encontro do estudo de Colalillo e colaboradores (2015), onde também não foram encontradas diferenças, ainda que estudos anteriores deem conta das mesmas. Estes indicavam que os pais fazem atribuições diferentes em relação ao comportamento dos filhos em função do sexo dos mesmos (Nelson et al., 2013; Gretarsson & Gelfand, 1988).

A hipótese 6, relativa as diferenças nas atribuições que os pais fazem ao comportamento desadequado dos filhos, em função da sua idade, foi confirmada. Os pais com filhos dos 10-12 anos fazem mais atribuições de responsabilidade à criança, do que os pais com filhos dos 8-9 anos. Estes resultados vão ao encontro de estudos anteriores, que indicam que os pais modelam as atribuições em função do estágio de desenvolvimento da criança (Bugental et al., 1998; Sheeber et al., 2009), e indicam também que pais de crianças mais velhas fazem mais atribuições de responsabilidade à criança (Morrissey-Kane & Prinz, 1999). Para atribuições de causalidade aos pais, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os pais com filhos mais velhos e mais novos.

Ainda em relação ao terceiro objetivo, foi averiguada a relação entre as atribuições que os pais fazem e o temperamento da criança a qual, tanto quanto se sabe, não é abordada pela literatura existente. Verificou-se que há uma correlação positiva significativa entre as atribuições de responsabilidade à criança e o temperamento mais difícil da criança. Desta forma, quanto mais difícil é o temperamento da criança, mais os pais fazem atribuições de responsabilidade à criança. Para as atribuições de causalidade aos pais não se verificou essa relação.

Esperava-se que pais de crianças com problemas de comportamento fizessem mais atribuições de responsabilidade à criança, indo ao encontro de resultados de estudos anteriores (e.g. Snarr et al., 2009, Colalillo et al., 2015; Nelson et al., 2013, Baden & Howe, 1992), no entanto a hipótese 7 não foi confirmada, já que as correlações encontradas entre as atribuições de causalidade aos pais e de responsabilidade à criança, e os comportamentos internalizantes, externalizantes e pró-sociais da criança, não foram estatisticamente significativas.



## **6. Considerações Finais**

### **6.1. Conclusão Geral**

A partir dos resultados obtidos e da revisão da literatura, conclui-se que as atribuições parentais são um fenómeno complexo, nomeadamente porque se relacionam com diversas variáveis. Contudo, os estudos muitas vezes controversos, e escassos na população portuguesa, não permitem uma visão clara sobre o modo como essas diferentes variáveis se correlacionam com as atribuições que os pais fazem ao comportamento desadequado dos filhos, o que inspira e estimula nova investigação nesta área.

Este estudo destaca a importância das atribuições parentais relativas ao comportamento desadequado dos filhos, evidenciando que os pais portugueses com crianças entre os 8 e os 12 anos, não concentram as atribuições que fazem, nem no papel causal dos pais, nem na culpa ou responsabilidade da criança.

Os resultados evidenciam ainda mais quatro descobertas principais. No que se refere à relação entre autoeficácia parental e as atribuições de responsabilidade à criança e de causalidade aos pais, verificou-se que quanto maior é a perceção que os pais têm de autoeficácia, menor é a tendência para fazerem atribuições de causalidade aos pais e de responsabilidade à criança. Verificou-se também que de todas as variáveis em estudo, a autoeficácia é o melhor preditor das atribuições parentais. Em relação ao ajustamento psicológico dos pais, verificou-se que está associada a mais atribuições de causalidade aos pais, ou seja, quanto mais sintomas os pais apresentam, maior é a tendência para considerarem que são a causa do comportamento desadequado dos filhos. Por último, verificou-se que o temperamento mais difícil da criança está associado a mais atribuições de responsabilidade à criança, ou seja, quanto mais difícil é o temperamento da criança, mais os pais consideram que a criança é a responsável por esses comportamentos. No que se refere às diferenças entre grupos, quando se comparou o grupo de pais com filhos dos 10-12 anos com pais com filhos dos 8-9 anos, verificou-se que os primeiros fazem mais atribuições parentais de responsabilidade à criança, em relação aos segundos. Estes consideram que as crianças mais pequenas não têm tanta responsabilidade pelo seu comportamento desadequado.

### **6.2. Limitações e direções futuras**

Não descurando a importância dos resultados encontrados, é importante que os mesmos sejam interpretados tendo em consideração as limitações inerentes ao estudo.

A primeira diz respeito à utilização de testes paramétricos, sem estarem reunidos os pressupostos da normalidade (autoeficácia parental e ajustamento psicológico) e homogeneidade (idade dos filhos), que permitem a realização dos mesmos, poderá ter enviesado os resultados obtidos, ainda que Marôco (2014) refira que a dimensão da amostra utilizada legitime a invocação do teorema do limite central, que permite a utilização de testes paramétricos nesta situação.

A segunda refere-se às discrepâncias numéricas nas subamostras trabalhadas em função de cada variável independente, à exceção do sexo dos filhos, o que pode ter limitado a significância dos resultados obtidos, o que foi tido em conta na discussão dos resultados.

Por outro lado, tentou-se incluir pais neste estudo, tendo em conta a sua escassez na literatura existente sobre atribuição parentais. No entanto, verificou-se uma fraca adesão dos mesmos no preenchimento dos questionários, o que poderá enviesar os resultados, constituindo uma limitação deste estudo. Além disso, se a amostra neste estudo fosse maior, seria mais representativa da população portuguesa, e como tal permitiria maior generalização dos resultados, além de se poderem identificar relações mais consistentes entre as variáveis, já que o tamanho dos efeitos é pequeno. Sugere-se que estudos posteriores possam incluir pais e mães em número equivalente na amostra, que deverá também ser maior, no sentido de obter resultados estatisticamente significativos, consistentes e representativos da população portuguesa.

A seleção dos instrumentos de medida utilizados na recolha dos dados, nomeadamente questionários de autorrelato, por ser de aplicação prática, rápida e económica na recolha de dados quantitativos, pode representar também uma limitação, já que os participantes estão sujeitos ao viés de desejabilidade social, e poderão ter enviesado as suas respostas em função da desejabilidade social, influenciando os resultados, sendo que as medidas utilizadas não integram nenhuma escala de validade que a pudesse controlar.

Ainda em relação às medidas escolhidos para a recolha de dados, verificam-se limitações no que respeita às qualidades psicométricas da SDQ, em que o *alfa* de *cronbach* é considerado fraco para a subescala problemas de internalização e inaceitável para a subescala problemas de externalização, de acordo com Pereira (2013), o que pode condicionar a interpretação dos resultados e o alcance das conclusões.

O facto de os protocolos terem sido disponibilizados em formato *online*, o que permitiu uma divulgação económica, rápida e fácil de chegar a um maior número de

participantes, também apresenta limitações inerentes aos condicionalismos deste tipo de recolha de dados. Não nos permitiu ter controlo sobre a amostra, ou seja, não poderemos afirmar que os participantes correspondem aos critérios de inclusão previamente definidos. Por outro lado, impede a participação de pessoas que não têm acesso à internet, como é o caso de pessoas de faixas etárias mais elevadas, com baixo nível socioeconómico, ou menor grau de habilitações literárias. De facto, quando observamos as características sociodemográficas da amostra, é notório que esta é maioritariamente composta por pessoas com um médio grau de escolaridade, pelo que não é adequado proceder a uma generalização dos resultados para a população geral. Em estudos posteriores sobre esta temática, sugere-se a utilização de outro meio de recolha de dados, que permita maior controlo sobre o cumprimento dos critérios de participação, e de forma a que pessoas menos instruídas ou de NSE mais baixo, também possam participar no estudo, conferindo-lhe maior representatividade da população portuguesa.

Tendo em conta que no estudo atual foram encontradas diferenças entre as atribuições que os pais com filhos mais velhos fazem, em relação a pais com filhos mais novos, ainda nos faz sentido sugerir estender este estudo a crianças de outras idades e adolescentes, na medida em que, segundo Sheeber (2009), é provável que as atribuições parentais estejam relacionadas com o nível de desenvolvimento das crianças.

Por último, o desenho transversal utilizado limita o entendimento das relações temporais e causais entre as atribuições parentais e as outras variáveis em estudo, pelo que se sugere que pesquisas futuras integrem dados longitudinais, que permitam analisar mudanças nas perceções parentais ao longo do tempo, e permitam também fazer alegações causais sobre a direção das associações, no sentido de se perceber se as atribuições parentais em relação ao comportamento desadequado dos filhos, é uma antecedente ou um conseqüente das restantes variáveis estudadas.

### **6.3. Implicações para a Teoria e Prática Clínica**

Apesar das limitações, este estudo oferece contribuições relevantes em termos teórico-científicos. As suas conclusões disponibilizam informação importante, no contexto português, sobre as atribuições que os pais fazem quando os filhos têm um comportamento desadequado, contribuindo para a sua melhor compreensão e para a forma como essas atribuições se relacionam com diferentes variáveis. Em termos teóricos, este estudo representa assim um acréscimo à parca literatura existente, no que

se refere a esta temática. Os resultados obtidos podem ainda ter implicações ao nível da prática clínica, nomeadamente na prevenção e no tratamento, contribuindo para o desenvolvimento de intervenções adaptadas às especificidades da população portuguesa, em termos de atribuições parentais. Podem contribuir para a orientação do desenvolvimento de técnicas e estratégias dirigidas aos processos de regulação das atribuições parentais no sentido mais adaptativo, nomeadamente junto de pais com crianças mais velhas e com temperamento mais difícil que, segundo este estudo mostrou, tendem a fazer atribuições parentais disfuncionais de responsabilidade à criança, e também junto de pais com sintomas psicológicos, que tendem a achar que são a causa do comportamento desadequado dos filhos. Este estudo aponta a autoeficácia parental como um potencial alvo clínico importante, tendo em conta a sua relação com as atribuições parentais. Os resultados deste estudo indicam ainda a importância de se terem em consideração as atribuições dos pais, ao longo da intervenção junto da criança, uma vez que estas vão influenciar a avaliação que estes fazem do comportamento dos seus filhos, com impacto no processo terapêutico, e no envolvimento dos pais neste. Ainda, e tendo em conta que os comportamentos das crianças e dos pais não têm origem apenas num deles, mas dependem da interação entre eles, revela-se importante, na intervenção junto da criança, avaliar as atribuições parentais ao longo do processo, trabalhando-as no sentido mais adaptativo.

## 7. Referências bibliográficas

- Baden, A. D., & Howe, G. W. (1992). Mothers' attributions and expectancies regarding their conduct-disordered children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 20(5), 467-485. doi:10.1007/BF00916810
- Beckerman, M., van Berkel, S. R., Mesman, J., & Alink, L. R. A. (2017). The role of negative parental attributions in the associations between daily stressors, maltreatment history, and harsh and abusive discipline. *Child Abuse & Neglect*, 64, 109-116. doi:10.1016/j.chiabu.2016.12.015
- Beckerman, M., van Berkel, S. R., Mesman, J., & Alink, L. R. A. (2018). Negative parental attributions mediate associations between risk factors and dysfunctional parenting: A replication and extension. *Child Abuse & Neglect*, 81, 249-258. doi:10.1016/j.chiabu.2018.05.001
- Bernstein, R. E., Laurent, H. K., Measelle, J. R., Hailey, B. C., & Ablow, J. C. (2013). Little tyrants or just plain tired: Evaluating attributions for caregiving outcomes across the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 27(6), 851-861. doi:10.1037/a34651
- Bolton, C., Calam, R., Barrowclough, C., Peters, S., Roberts, J., Wearden, A., & Morris, J. (2003). Expressed emotion, attributions and depression in mothers of children with problem behaviour. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44(2), 242-254. doi:10.1111/1469-7610.00117
- Bornstein, M. H., Putnick, D. L., & Lansford, J. E. (2011). Parenting attributions and attitudes in cross-cultural perspective. *Parenting: Science and Practice*, 11(2-3), 214-237. doi:10.1080/15295192.2011.585568
- Bowers, T. (1995) Parents, partnership and education officers: A study of attributions. *Child Care, Health and Development*, 21(2), 135-148. doi:10.1111/j.1365-2214.1995.tb00415.x
- Bugental, D. B., Blue, J., & Cruzcosa, M. (1989). Perceived control over caregiving outcomes: Implications for child abuse. *Developmental Psychology*, 25(4), 532-539. doi:10.1037/0012-1649.25.4.532
- Bugental, D. B., Johnston, C., New, M., & Silvester, J. (1998). Measuring parental attributions: Conceptual and methodological issues. *Journal of Family Psychology*, 12(4), 459-480. doi:10.1037/0893-3200.12.4.459

- Canavarro, M. C. (1999). Inventário de Sintomas Psicopatológicos (BSI). In M. Simões, M. Gonçalves, & L. Almeida (Eds.), *Testes e provas psicológicas em Portugal* (pp. 95-109). Braga: APPORT/SHO.
- Caprara, G. V., Scabini, E., & Regalia, C. (2006). The impact of perceived family efficacy beliefs on adolescent development. In F. Pajares & T. Urdan (Eds.), *Self-efficacy beliefs of adolescents* (pp. 97-114). Greenwich, CT : Information Age Publishing.
- Colalillo, S., Miller, N. V., & Johnston, C. (2015). Mother and Father Attributions for Child Misbehavior: Relations to Child Internalizing and Externalizing Problems. *Journal of Social and Clinical Psychology, 34*(9), 788-808.  
doi:10.1521/jscp.2015.34.9.788
- Costa, M., Faria, L., Alessandri, G., & Caprara, G. V. (2016). Measuring parental and family efficacy beliefs of adolescents' parents: Cross-cultural comparisons in Italy and Portugal. *International Journal of Psychology, 51*(6), 421-429.  
doi:10.1002/ijop.12197
- Derogatis, L. R., & Spencer, P. (1993). *Brief symptom inventory: BSI*. Upper Saddle River, NJ: Pearson.
- Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: Adaptive and maladaptive processes. *Psychological Bulletin, 110*(1), 3-25. doi:10.1037/0033-2909.110.1.3
- Dix, T. H. & Grusec, J. E. (1983). Parental influence techniques: An attributional analysis. *Child Development, 54*(3), 645-652. doi:10.2307/1130051
- Dix, T. H. & Grusec, J. E. (1985). Parent attribution processes in the socialization of children. In I. E. Sigel, & A. V. McGillicuddy (Eds.), *Parental belief systems: The psychological consequences for children*, (pp. 201-233). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Fleitlich, B., Loureiro, M., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2005). Questionário de capacidades e dificuldades (SDQ-Por) [Strengths and Difficulties Questionnaire, Portuguese Version]. Retrieved from [www.sdqinfo.org](http://www.sdqinfo.org).
- Fernandes, M., Narciso, I., Pedro, M., & Roberto, M. S. (2019). Portuguese Version of the Parent Cognition Scale (PCS): Measuring Parental Attributions About Children's Misbehavior. *Journal of Child & Family Studies, 28*(3), 656-667.  
doi:10.1007/s10826-018-01321-4

- Freitas, A. P. C. O., & Piccinini, C. A. (2010). Práticas educativas parentais em relação ao filho único e ao primogênito. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(4), 515-528. doi:10.1590/S0103-166X2010000400009
- Goodman, A., Lamping, D. L., & Ploubidis, G. B. (2010). When to use broader internalising and externalising subscales instead of the hypothesised five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): data from British parents, teachers and children. *Journal of abnormal child psychology*, 38(8), 1179-1191. doi:10.1007/s10802-010-9434-x
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A Research Note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38, 581-586. doi:10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x
- Gretarsson, S. J., & Gelfand, D. M. (1988). Mothers' attributions regarding their children's social behavior and personality characteristics. *Developmental Psychology*, 24(2), 264-269. doi:10.1037/0012-1649.24.2.264
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. John Wiley & Sons Inc. doi:10.1037/10628-000
- Ingoldsby, E. (2010). Review of interventions to improve family engagement and retention in parent and child mental health programs. *Journal of Child and Family Studies*, 19(5), 629-645. doi:10.1007/s10826-009-9350-2
- Jacobs, M., Woolfson, L. M., & Hunter, S. C. (2016). Attributions of Stability, Control and Responsibility: How Parents of Children with Intellectual Disabilities View Their Child's Problematic Behaviour and Its Causes. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 29(1), 58-70. doi:10.1111/jar.12158
- Jacobs, M., Woolfson, L. M., & Hunter, S. (2017). Parental Attributions of Control for Child Behaviour and Their Relation to Discipline Practices in Parents of Children with and Without Developmental Delays. *Journal of Child & Family Studies*, 26(6), 1713-1722. doi:10.1007/s10826-017-0676-x
- Jenson, C. E., Green, R. G., Singh, N. N., Best, A. M., & Ellis, C. R. (1998). Parental Attributions of the Causes of Their Children's Behavior. *Journal of Child & Family Studies*, 7(2), 205-215. doi:10.1023/A:1022995300390
- Johnston, C., Hommersen, P., & Seipp, C. M. (2009). Maternal attributions and child oppositional behavior: A longitudinal study of boys with and without attention-deficit/hyperactivity disorder. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 77(1), 189-195. doi:10.1037/a0014065

- Joiner, T. E., & Wagner, K. D. (1996). Parental, child-centered attributions and outcome: A meta-analytic review with conceptual and methodological implications. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 24(1), 37-52. doi:10.1007/BF01448372
- Katzmann, J., Hautmann, C., Greimel, L., Imort, S., Pinior, J., Scholz, K., & Döpfner, M. (2017). Behavioral and nondirective guided self-help for parents of children with externalizing behavior: Mediating mechanisms in a head-to-head comparison. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 45, 719-730. doi:10.1007/s10802-016-0195-z
- Leung, D. W., & Slep, A. M. S. (2006). Predicting inept discipline: The role of parental depressive symptoms, anger, and attributions. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74(3), 524-534. doi:10.1037/0022-006X.74.3.524
- Leung, J., & Shek, D. (2015). Parental Attributions of Children's Success and Failure and Family Processes in Poor Chinese Families. *Journal of Child & Family Studies*, 24(8), 2191-2203. doi:10.1007/s10826-014-0022-5
- Lima, L., Lemos, M. S., & Guerra, M. P. (2010). Adaptação do inventário de temperamento para crianças em idade escolar - School-Age Temperament Inventory - SATI de Mcclowry a uma população portuguesa. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11(1), 55-70. Retrieved from [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-00862010000100005&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1645-00862010000100005&script=sci_arttext&tlng=en)
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS statistics*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- McClowry, S. G. (1995). The development of the School-Age Temperament Inventory. *Merrill Palmer Quarterly*, 41(3), 271-285. Retrieved from <https://psycnet.apa.org/record/1995-42412-001>
- Morrissey-Kane, E., & Prinz, R. J. (1999). Engagement in child and adolescent treatment: the role of parental cognitions and attributions. *Clinical Child & Family Psychology Review*, 2(3), 183-198. doi:10.1023/A:1021807106455
- Montemayor, R., & Ranganathan, C. (2012). Asian-Indian Parents' Attributions about the Causes of Child Behavior: A Replication and Extension with Parents from



- Chennai, India. *Journal of Genetic Psychology*, 173(4), 374-392.  
doi:10.1080/00221325.2011.614649
- Mukaka, M. M. (2012). Statistics Corner: A guide to appropriate use of Correlation coefficient in medical research. *Malawi Medical Journal*, 24(3), 69-71.  
Retrieved from <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3576830/>
- Nelson, J. A., O'Brien, M., Calkins, S. D., & Keane, S. P. (2013). Mothers' and fathers' negative responsibility attributions and perceptions of children's problem behavior. *Personal Relationships*, 20(4), 719-727. doi:10.1111/pere.12010
- Palm, S. M. E., Sawrikar, V., Schollar-Root, O., Moss, A., Hawes, D. J., & Dadds, M. R. (2019). Parents' spontaneous attributions about their problem child: Associations with parental mental health and child conduct problems. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 47(9), 1455-1466. doi:10.1007/s10802-019-00536-3
- Pereira, A. (2013). *SPSS - Guia prático de utilização: análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa. Edições Sílabo.
- Pereira, A. I., & Barros, L. (2019). Parental Cognitions and Motivation to Engage in Psychological Interventions: A Systematic Review. *Child Psychiatry & Human Development*, 50(3), 347-361. doi:10.1007/s10578-018-0852-2
- Petrenko, C. L. M., Pandolfino, M. E., & Roddenbery, R. (2016). The Association Between Parental Attributions of Misbehavior and Parenting Practices in Caregivers Raising Children With Prenatal Alcohol Exposure: A Mixed-Methods Study. *Research in Developmental Disabilities*, 59, 255-267.  
doi:10.1016/j.ridd.2016.09.005
- Peters, S., Calam, R., & Harrington, R. (2005). Maternal attributions and expressed emotion as predictors of attendance at parent management training. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46(4), 436-448. doi:10.1111/j.1469-7610.2004.00365.x
- Rodrigues, O. M. P. R., Nogueira, S. C., & Altafim, E. R. P. (2013). Práticas parentais maternas e a influência de variáveis familiares e do bebê. *Pensando famílias*, 17(2), 71-83.
- Sawrikar, V., & Dadds, M. (2018). What Role for Parental Attributions in Parenting Interventions for Child Conduct Problems? Advances from Research into Practice. *Clinical Child & Family Psychology Review*, 21(1), 41-56.  
doi:10.1007/s10567-017-0243-4

- Sawrikar, V., Hawes, D. J., Moul, C., & Dadds, M. R. (2018). The role of parental attributions in predicting parenting intervention outcomes in the treatment of child conduct problems. *Behaviour Research and Therapy*, 111, 64-71. doi:10.1016/j.brat.2018.10.004
- Sawrikar, V., Mendoza Diaz, A., Moul, C., Hawes, D. J., & Dadds, M. R. (2019). Why is this Happening? A Brief Measure of Parental Attributions Assessing Parents' Intentionality, Permanence, and Dispositional Attributions of Their Child with Conduct Problems. *Child Psychiatry and Human Development*, 50(3), 362-373. doi:10.1007/s10578-018-0844-2
- Sheeber, L. B., Johnston, C., Chen, M., Leve, C., Hops, H., & Davis, B. (2009). Mothers' and fathers' attributions for adolescent behavior: An examination in families of depressed, subdiagnostic, and nondepressed youth. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 871-881. doi:10.1037/a0016758
- Scott, A. M. (1995). Parents' Attributions for Their Children's Behavior. *Child Development*, 66(6), 1557-1584. doi:10.2307/1131897
- Sheeber, L. B., Johnston, C., Chen, M., Leve, C., Hops, H., & Davis, B. (2009). Mothers' and fathers' attributions for adolescent behavior: An examination in families of depressed, subdiagnostic, and nondepressed youth. *Journal of Family Psychology*, 23(6), 871-881. doi:10.1037/a0016758
- Simões, M. R. (1994). *Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas de Raven* (Dissertação de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Slep, A. M. S., & O'Leary, S. G. (1998). The effects of maternal attributions on parenting: An experimental analysis. *Journal of Family Psychology*, 12(2), 234-243. doi:10.1037/0893-3200.12.2.234
- Snarr, J. D., Slep, A. M. S., & Grande, V. P. (2009). Validation of a new self-report measure of parental attributions. *Psychological Assessment*, 21(3), 390-401. doi:10.1037/a0016331
- Tarver, J., Daley, D., Lockwood, J., & Sayal, K. (2014). Are self-directed parenting interventions sufficient for externalising behaviour problems in childhood? A systematic review and meta-analysis. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 23(12), 1123-1137. doi:10.1007/s00787-014-0556-5

- Wang, Z., Deater-Deckard, K., & Bell, M. A. (2016). The Role of Negative Affect and Physiological Regulation in Maternal Attribution. *Parenting: Science & Practice, 16*(3), 206-218. doi:10.1080/15295192.2016.1158604
- Weiner, B. (1979). A theory of motivation for some classroom experiences. *Journal of Educational Psychology, 71*(1), 3-25. doi:10.1037/0022-0663.71.1.3
- Werner, N. (2012). Do Hostile Attribution Biases in Children and Parents Predict Relationally Aggressive Behavior?. *The Journal of Genetic Psychology, 173*(3), 221-245. doi:10.1080/00221325.2011.600357
- Williamson, D., & Johnston, C. (2015). Maternal and Paternal Attributions in the Prediction of Boys' Behavior Problems Across Time. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 44*(4), 668-675. doi:10.1080/15374416.2013.862803
- Zuckerman, M. (1979). Attribution of success and failure revisited, or: The motivational bias is alive and well in attribution theory. *Journal of Personality, 47*(2), 245-287. doi:10.1111/j.1467-6494.1979.tb00202.x

## **Anexos**

## Anexo A – Projeto de Investigação e Consentimento Informado



### **Projeto de Investigação**

Caro/a participante,

Patrícia Rossa e Paula Teresa, alunas do Mestrado Integrado em Psicologia, na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, no âmbito da sua Dissertação, solicitam a sua colaboração para a investigação sobre Parentalidade, sob orientação científica da Professora Doutora Isabel Sá. Este estudo tem como finalidade compreender cognições parentais e quais os fatores que as influenciam.

A sua participação é voluntária podendo desistir a qualquer momento se assim o desejar, sem qualquer consequência. Os dados recolhidos são confidenciais e anónimos e têm apenas finalidade académica, pelo que não serão utilizados para outros fins que não os que constam nos objetivos da investigação. Serão analisados de forma global e apenas acessíveis aos elementos da equipa de investigação. Esta investigação terá na base os princípios éticos internacionais referentes à investigação em Psicologia.

A sua participação neste estudo consiste no preenchimento de seis questionários com a duração aproximada de 20 minutos. No sentido de obtenção de resultados válidos, solicitamos que responda com o máximo rigor e honestidade. Não existem respostas certas ou erradas, apenas se pretende a sua opinião pessoal e sincera.

Para poder participar neste estudo deverá ter, pelo menos, 18 anos, ter nacionalidade Portuguesa e ter pelo menos, um/a filho/a com idade compreendida entre os 8 e os 12 anos (inclusive).

Se antes do preenchimento dos questionários surgirem dúvidas e se no final pretender aceder aos resultados gerais, contate-nos pelos seguintes endereços eletrónicos: [patricia.rossa@campus.ul.pt](mailto:patricia.rossa@campus.ul.pt); [paula.cct@gmail.com](mailto:paula.cct@gmail.com).

### **Consentimento Informado**

☐ Li o presente documento e aceito participar voluntariamente no estudo.

**Obrigado pela sua participação!**

## Anexo B- Questionário sociodemográfico



### POR FAVOR LEIA COM ATENÇÃO A SEGUINTE INSTRUÇÃO

É muito importante que leia atentamente e responda a todas as questões. Deixar questões em branco inutiliza todo o questionário e impossibilita que as suas respostas sejam incluídas na investigação. Quando não tiver a certeza acerca de um valor ou resposta, por favor, responda com dados aproximados. Não há respostas certas ou erradas.

### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

#### PAIS

---

Responda a estas questões sobre si:

1. Sexo M ☐ F ☐

2. Idade \_\_\_\_\_

3. Escolaridade

☐ 9º ano de escolaridade ou menos ☐ 12º ano de escolaridade

☐ Licenciatura ☐ Mestrado ☐ Doutoramento

4. Profissão \_\_\_\_\_

5. Número de filhos

☐ 1 filho ☐ 2 ou mais filhos

#### FILHO

---

Responda a estas questões sobre o seu **filho/filha** com idade entre os 8 e 12 anos. Se tiver mais do que um **filho/filha**, responda em relação ao **filho/filha mais velho(a)** que tiver entre 8 e 12 anos:

1. Sexo ☐ M ☐ F

2. Idade \_\_\_\_\_